



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XII — N.º 160

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1957

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto"

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se em 10 e 22 do mês em curso, às 21 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo discriminados:

Dia 10:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 883, de 1955, na Câmara dos Deputados e n.º 141, de 1957, no Senado, que dispõe sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas e dá outras providências:

Dia 22:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 1.181, de 1956, na Câmara dos Deputados e n.º 92, de 1957, no Senado, que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências.

Senado Federal, 1 de Outubro de 1957.

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 do mês em curso, às 21 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 636, de 1951, na Câmara dos Deputados e n.º 25, de 1953, no Senado Federal) que dispõe sobre normas gerais de regime penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5.º, n.º XV, letra b, da Constituição Federal e amplia as atribuições da Inspeção Geral Penitenciária.

Senado Federal, em 7 de Outubro de 1957.

João Goulart

SENADO FEDERAL

M e s a

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.

1.º Secretário — Senador Lima Teixeira.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Kerginaldo Cavalcanti.

1.º Suplente — Senador Mourão Vieira.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.

Lima Teixeira.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.

Kerginaldo Cavalcanti.

Mourão Vieira.

Prisco dos Santos.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria)

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Melo — Presidente.

Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente (3).

Gilberto Marinho.

Benedito Valladares.

Gaspar Veloso.

Ruy Carneiro (1).

Lourival Fontes (3).

Lima Guimarães.

Daniel Krieger.

Atílio Vivacqua.

Linneu Prestes.

Juracy Magalhães (4).

Sr. Francisco Gallotti.

2) Substituído temporariamente pelo Sr. Mário Pôrto.

3) Substituído temporariamente pelo Sr. Lauro Hora.

4) Substituído temporariamente pelo Sr. João Villasbôas.

Secretário — Mécimo dos Santos Andrade.

Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.

Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Carlos Lindemberg.

Gomes de Oliveira (1).

Alencastro Guimarães.

Linneu Prestes.

Alô Guimarães.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Fausto Cabral.

Reuniões às terças-feiras, às 16 horas.

Secretário — Renato Chermont, Oficial Legislativo.

Comissão de Educação e Cultura

Loudival Fontes — Presidente.

Ezequias da Rocha — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Mourão Vieira.

Reginaldo Fernandes.

Mem de Sá. (1)

Ary Vianna.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Novaes Filho.

Secretário — Diva Gallotti.

Reuniões — Quinças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Vianna.

Onofre Gomes.

Paulo Fernandes (1).

Carlos Lindemberg.

João Mendes.

Lima Guimarães.

Fausto Cabral.

Daniel Krieger.

Juracy Magalhães.

Júlio Leite (2).

Othon Mader.

Lino de Mattos.

Novaes Filho.

Domingos Velasco.

Suplentes

Gaspar Veloso.

Mourão Vieira.

Atílio Vivacqua.

Otacílio Jurema.

Linneu Prestes.

Mem de Sá.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Sobral Barreto.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Lutterbach Nuns.

RELATORES DESIGNADOS PARA O ORÇAMENTO DE 1958

Anexo nº 1 — Recetta — Sr. Juracy Magalhães.

Anexo nº 2 — Poder Legislativo — Sr. Domingos Velasco.

Anexo nº 3.01 — Tribunal de Contas — Sr. Fausto Cabral.

Anexo nº 3.02 — Conselho Nacional de Economia — Sr. Fausto Cabral.

Anexo nº 4.01 — Presidência da República — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.2 — DASP — Senhores Lima Guimarães.

Anexo nº 4.3 — Estado Maior das Forças Armadas — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.4 — CRIFA — Senhores Lima Guimarães.

Anexo nº 4.05 — Comissão de Reparações de Guerra — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.06 — Comissão Vale do São Francisco — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.07 — CNEE — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.08 — Conselho Nacional do Petróleo — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.09 — Conselho de Segurança Nacional — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.10 — Valorização da Amazônia — Sr. Vivaldo Lima.

Anexo nº 4.11 — Ministério de Aeronáutica — Sr. Lameira Bittencourt.

Anexo nº 4.12 — Ministério da Agricultura — Sr. Paulo Fernandes.

Anexo nº 4.13 — Ministério da Educação — Sr. Daniel Krieger.

Anexo nº 4.14 — Ministério da Fazenda — Sr. Júlio Leite.

Anexo nº 4.15 — Ministério da Guerra — Ary Vianna.

Anexo nº 4.16 — Ministério da Justiça — Sr. Carlos Lindenberg.

Anexo nº 4.17 — Ministério da Marinha — Sr. Ary Vianna.

Anexo nº 4.18 — Ministério das Relações Exteriores — Sr. Novaes Filho.

Anexo nº 4.19 — Ministério da Saúde — Sr. Lino de Mattos.

Anexo nº 4.20 — Ministério do Trabalho — Sr. Fausto Cabral.

Anexo nº 4.21 — Ministério da Viação — Sr. Othon Mäder.

Anexo nº 5 — Poder Judiciário — Sr. Mathias Olympio.

Comissão de Redação

1 — Ezechias da Rocha — Presidente.

2 — Gaspar Velloso (2) — Vice-Presidente.

3 — Argemiro de Figueiredo. (3)

4 — Saulo Ramos. (1)

5 — Sebastião Archer.

(1) Substituto temporariamente pelo Senador Mourão Vieira.

(2) Substituto temporariamente pelo Sr. Ruy Carneiro.

(3) Substituto temporariamente pelo Sr. Daniel Krieger.

Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino.

João Villasboas — Vice-Presidente.

Lourival Fontes.

Bernardes Filho.

Gilberto Marinho.

Benedicto Valladares.

Auro Moura Andrade.

Gomes de Oliveira.

Ruy Palmeira. (1)

(1) Substituto provisoriamente pelo Sr. Daniel Krieger.

(2) Substituto provisoriamente pelo Sr. Fausto Cabral.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 hs.

Secretário: J. B. Gasteljon Branco.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE ERITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES — CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES — HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES				FUNCIONÁRIOS			
Capital e Interior				Capital e Interior			
Semestre		Cr\$	50,00	Semestre		Cr\$	39,00
Ano		Cr\$	96,00	Ano		Cr\$	76,00
Exterior				Exterior			
Ano		Cr\$	136,00	Ano		Cr\$	108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Alô Guimarães — Vice-Presidente.

Pedro Ludovico.

Ezechias da Rocha.

Vivaldo Lima.

Secretário — Diva Gallotti.

Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Neves da Rocha — Presidente.

Ruy Carneiro (1) — Vice-Presidente.

Sylvio Curvo (2).

Leonidas de Mello.

Fausto Cabral.

Jão Arruda.

(1) Substituto temporariamente pelo Sr. Abelardo Jurema.

(2) Substituto temporariamente pelo Sr. Mário Motta.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Osnore Gomes — Presidente.

Calado de Castro — Vice-Presidente.

Alencastro Guimarães.

Jorge Maynard.

Francisco Gallotti (1).

Sá Timóteo.

Sylvio Curvo (1).

(1) Substituto temporariamente pelo Senador Mário Motta.

Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas.

Secretário: Romilda Duarte.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.

Gilberto Marinho — Vice-Presidente.

Ary Vianna.

Sá Timóteo.

Calado de Castro.

João Mendes.

Mem de Sá.

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões: às quintas-feiras, às 16 horas.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

1 — Novaes Filho — Presidente.

2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente.

3 — Francisco Gallotti (2).

4 — Nelson Firme (3).

5 — Coimbra Bueno (1).

(1) Substituto temporariamente pelo Sr. Frederico Nunes.

(2) Substituto temporariamente pelo Sr. Remy Archer.

(3) Substituto pelo Sr. Ary Vianna.

Reuniões: às quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.

Georgino Avelino — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Filinto Müller.

Secretário: José da Silva Lemos.

Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba

Mathias Olympio — Presidente.

Domingos Velasco — Vice-Presidente.

Mendonça Clark — Relator.

Parsifal Barroso.

Coimbra Bueno.

Ezechias da Rocha.

Secretário Francisco Soares de Aruda.

Reuniões: Sextas-feiras, às 15 horas.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.

Mem de Sá — Vice-Presidente.

Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.

Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.

Lameira Bittencourt.

Francisco Arruda — Secretário.

Comissão Especial designada para opinar sobre a denúncia oferecida contra o Procurador Geral da República, Sr. Carlos Medeiros da Silva

Cunha Mello — Presidente.

Lameira Bittencourt — Relator.

Argemiro de Figueiredo.

Sebastião Archer.

Fausto Cabral.

Novaes Filho.

Lino Prestes.

Mourão Vieira.

Mário Mota.

Prisco dos Santos.

Gaspar Velloso.

Atílio Vivacqua.

Moura Andrade.

Ary Vianna.

Alvaro Adolpho.

Novaes Filho.

Secretário — Mécio dos Santos Andrade.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Alberto Pasqualini. (1)

Lino de Mattos.

(1) Substituto temporariamente pelo Sr. Primio Beck.

Secretário — Sebastião Veiga.

Reuniões — Quintas-feiras.

Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.

Ruy Carneiro.

Filinto Müller.

Francisco Gallotti.

Argemiro de Figueiredo.

Othon Mäder.

Kerginaldo Cavalcanti.

Júlio Leite.

Ernani Sátiro — Vice-Presidente.

Aarão Steinbruch — Relator Geral.

Tarso Dutra.

Jefferson Aguiar.

Cunha Mello — Presidente.

Moura Fernandes.

Licurgo Leite.

Silvio Sanson.

Lourival de Almeida.

Raimundo Brito.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.

Lima Guimarães — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Ruy Carneiro.

Gaspar Velloso.

Saulo Ramos.

Lourival Fontes.

Calado de Castro.

Argemiro de Figueiredo.

Daniel Krieger.

Mem de Sá.

Alvaro Adolpho.

Alô Guimarães.

João Villasboas.

Lino de Mattos.

Sá Timóteo.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Capanema — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Lopo Coelho.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Felinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Colmba Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários Lazary (Friedes e José da Silva Lisboa).

Comissão Mista de Estudo do Problema do Inquilinato

Gaspar Velloso — Presidente.
Badaró Junior — Vice-Presidente.
Rui Carneiro — Relator.
Abgvar Bastos — Revisor.
Senador Lima Guimarães.
Senador Argemiro de Figueiredo.
Senador Attilio Vivacqua.
Deputado Chagas Freitas.
Deputado João Menezes.
Deputado Tarcisio Maia.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reunião — Quartas-feiras.

Atas das Comissões

Comissão Diretora

20.ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 1957

Sob a presidência do Sr. Apolônio Sales, Presidente, presentes os Srs. Lima Teixeira, 1.º Secretário, Vitorino Freire, 3.º Secretário, Kerginaldo Cavalcanti, 4.º Secretário, Mourão Vieira, 1.º Suplente, e Prisco dos Santos, 2.º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Freitas Cavalcanti, 2.º Secretário.

A ata da reunião anterior é lida e aprovada sem observações.

O Sr. Presidente dá conhecimento da visita que fará ao Brasil uma Delegação de Parlamentares israelenses, ficando Sua Excelência autorizado pela Comissão a recebê-los como hóspedes do Senado e tomar as providências necessárias para esse fim.

O Sr. 2.º Suplente expõe as suas atividades no sentido de encontrar a melhor solução para o desempate dos dois candidatos que obtiveram o primeiro lugar no concurso para provimento do cargo de Assessor Legislativo, Setor Economia. Informa haver consultado a legislação vigente e técnicos do DASP, tendo assim verificado que a questão do desempate em cada concurso é sempre regulada nas respectivas instruções.

A Comissão concorda com a sua sugestão de se solicitar aos referidos candidatos que informem o seu tempo de serviço público bem como os cargos e funções por eles exercidos atualmente no setor das atividades econômicas e financeiras, declarando o nome da entidade em que os exercem, data da admissão e respectiva remuneração atual.

Passando a relatar o recurso de Lúcia Cerne Guimarães Corona, candidada ao concurso para Assessor Legislativo, Setor de Educação, o Sr. 2.º Suplente declara que a petição não pleiteia nem o 1.º nem o 2.º lugar, insurgindo-se apenas contra a sua colocação que entende dever ser a 3.ª em vez da 5.ª e última. Conforme salienta a Banca Examinadora, a recorrente possui uma série de títulos e documentos comprovadores de sua atividade, como professora, não realçando, porém, o seu mérito para Assessor Legislativo além do nível que lhe coube na classificação. Em face do exposto, o Sr. Prisco dos Santos opina pelo indeferimento do recurso e pela homologação do resultado do concurso, ao qual nenhuma irregularidade foi atribuída.

Aprovado o parecer do relator, o Sr. Presidente determina seja encaminhado ao plenário projeto nomeando o primeiro colocado; José Arthur Alves da Cruz Rios.

Ainda o Sr. Suplente entrando no exame dos recursos de Francisco Chagas Mello e Júlio Cesar Prado Leite, respectivamente, 1.º e 3.º colocados no concurso para Assessor Legislativo, Setor Legislação Social, diz existirem em ambos observações que precisam ser devidamente respondidas somente a Banca Examinadora está em condições de o fazer. De posse desses elementos é que, em última instância, se poderá pronunciar a Comissão Diretora.

Devolve o Sr. Presidente o Requerimento n.º 98-56, em que Antonio Júlio Pires e outros redatores solicitam equiparação de vencimentos aos antigos redatores de Anais e Documentos Parlamentares da Câmara dos Deputados, hoje designados Assistentes de Documentação, cujo processo se achava em seu poder em virtude de pedido de vista. Após estudar detidamente a matéria, Sua Excelência se manifesta favorável à equiparação pleiteada, entendendo, porém, ser necessário um projeto de resolução para esse fim.

O 4.º Secretário aceita a medida desde que estendida a todos que se encontram na mesma situação. Concordando os presentes com a sugestão, fica o Sr. 2.º Suplente incumbido da redação do projeto a ser apresentado em plenário.

Reexaminando a questão surgida com a interpretação a ser dada a Resolução n.º 12, de 1955, decide a Comissão dispensar a audiência da de Constituição e Justiça.

Entendem os Srs. 3.º e 4.º Secretários que não devia ter sido descontada a parte variável do subsídio dos Srs. Senadores no período em que o foram.

O Sr. Presidente esclarece que os descontos feitos não o foram por motivo de estarem sendo obstruídos os trabalhos legislativos. Fora aplicado, como sempre, o disposto na Resolução n.º 12-55, que manda considerar ausente aquele cujo comparecimento for apurado em chamada nominal feita sempre que verificada a falta de "quorum"; considerando, porém, a serviço do Senado o Senador que, em desempenho do mandato que exerce, faltar até quatro sessões por mês. Como houvera ausências superiores a quatro, nesse período, foram feitos alguns descontos a Senadores de todos os partidos, sem qualquer outro intuito, mas, apenas, no cumprimento do dispositivo que regula a remuneração dos trabalhos parlamentares. Delibera a

Comissão, por maioria, tornar sem efeito os descontos efetuados nas folhas de setembro.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Luiz Nabuco, Diretor Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

ATA DA 166.ª SESSÃO DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 8 DE OUTUBRO DE 1957.

PRESIDÊNCIA DO SR. APOLÔNIO SALLES

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Mello — Lameira Bittencourt — Sebastião Archer — Assis Chateaubriand — Leonidas Mello — Onoffe Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — João Arruda — Apolônio Salles — Novais Filho — Jerbas Maranhão — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Júlio Leite — Jorge Maynard — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Pitombo Cavalcanti — Attilio Vivacqua — Ary Vianna — Sá Tinoco — Paulo Fernandes — Tarcisio de Miranda — Alencastro Guimarães — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valladares — Lima Guimarães — Lineu Prestes Lino de Matos — Moura Andrade — Domingos Velasco — Coimbra Bueno — Pedro Ludovico — Mario Motta — João Villasboas — Othon Mäder — Alô Guimarães — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — Primio Beck — Daniel Krieger — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental no recinto, declaro aberta a sessão.

O Sr. Domingos Velasco, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 2.º Secretário, servindo de 1.º lê o seguinte

Expediente

Mensagens: Do Sr. Presidente da República:

— n.º 309, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara número 125, de 1956, que modifica o período de carência do seguro-morte nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, já sancionado.

— n.º 310, acusando e agradecendo o recebimento da de n.º 204, desta Casa do Congresso.

— n.º 311, restituindo, após promulgação, dois dos autógrafos referentes às partes do Projeto de Lei que cria cédulas de crédito rural vetadas pelo Chefe do Poder Executivo e mantidas pelo Congresso Nacional. (Projeto de Lei da Câmara número 282, de 1956).

Ofícios: Da Câmara dos Deputados: — n.º 1592, comunicando haver sido aprovada emenda do Senado oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1957, enviado à sanção.

— ns. 1567 e 1563, encaminhando autógrafos dos seguintes projetos de lei:

Projeto de Lei da Câmara N. 219, de 1957

(N.º 2.638-B-1957, NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 340.511.455,00, para a cobertura do "deficit" da exploração industrial da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no exercício de 1956.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 340.511.455,00 (trezentos e quarenta milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco cruzeiros), para a cobertura do deficit da exploração industrial da Viação Férrea do Rio Grande do Sul no exercício de 1956.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara N. 220, de 1957

(N.º 2.526-B-1957, NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a realização da II Exposição Agro-Avícola-Industrial no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para auxiliar a realização da II Exposição Agro-Avícola-Industrial no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º O auxílio de que trata a presente lei será entregue à Associação Rural de Canoinhas, entidade patrocinadora da exposição.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo N. 29, de 1957

(N.º 134-A DE 1957, NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, assinada em Roma, em novembro de 1951.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovada, para todos os efeitos, a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, assinada pelo Brasil e diversos países, por ocasião da VI Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), realizada em Roma, em novembro de 1951.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Relações Exteriores.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 142, de 1957

(Projeto n.º 2.620-B, de 1957, na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958

4.15 — MINISTÉRIO DA GUERRA

(Demonstração da Despesa por Verbas e Consignações)

	Fixa Cr\$	Variável Cr\$	Total Cr\$
DESPESAS ORDINÁRIAS			
VERBA 1.0.00 — <i>Custeio</i>			
Consignações:			
1.1.00 — Pessoal Civil	308.653.316	959.031.900	1.267.685.216
1.2.00 — Pessoal Militar	6.247.502.700	5.942.203.822	12.189.706.522
1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação	—	1.222.750.000	1.222.750.000
1.4.00 — Material Permanente	—	171.868.000	171.868.000
1.5.00 — Serviços de Terceiros	—	253.069.408	253.069.408
1.6.00 — Encargos Diversos	—	101.170.000	101.170.000
Total da Verba 1.0.00	6.556.156.016	8.650.093.130	15.206.249.146
VERBA 2.0.00 — <i>Transferências</i>			
Consignações:			
2.1.00 — Auxílios e Subvenções		3.185.000	3.185.000
2.3.00 — Inativos		3.200.000.000	3.200.000.000
2.4.00 — Pensionistas		296.900.000	296.900.000
2.6.00 — Transferências Diversas		5.000.000	5.000.000
Total da Verba 2.0.00		3.505.085.000	3.505.085.000
Total das Despesas Ordinárias		18.711.334.146	
DESPESAS DE CAPITAL			
VERBA 3.0.00 — <i>Desenvolvimento Econômico e Social</i>			
Consignações:			
3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento		2.300.000	2.300.000
Total da Verba 3.0.00		2.300.000	2.300.000
VERBA 4.0.00 — <i>Investimentos</i>			
Consignações:			
4.1.00 — Obras		442.990.000	442.990.000
4.2.00 — Equipamentos e Instalações		280.500.000	280.500.000
4.3.00 — Desapropriação e Aquisição de Imóveis		40.000.000	40.000.000
Total da Verba 4.0.00		763.490.000	763.490.000
Total das Despesas de Capital		765.790.000	
Total Geral		19.477.124.146	

4.15 — MINISTÉRIO DA GUERRA

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO		DOTAÇÃO Variável Cr\$
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$	
DESPESAS ORDINARIAS			
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO			
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil			
Subconsignações:			
1.1.01 — Vencimentos	249.807.260		
1.1.04 — Salários de mensalistas		734.576.000	
1.1.05 — Salários de contratados		12.000.000	
1.1.06 — Salários de tarefeiros		50.000.000	
1.1.07 — Auxílio para diferença de caixa	7.89		
1.1.08 — Auxílio-doença		200.000	
1.1.09 — Ajuda de custo		225.000	
1.1.10 — Diárias		300.000	
1.1.11 — Substituições		400.000	
1.1.12 — Diferença de vencimentos ou salários		50.000	
1.1.13 — Pessoal em disponibilidade		550.000	
1.1.14 — Salário-família		116.246.000	
1.1.15 — Gratificação de função	578.400		
1.1.16 — Gratificação pelo exercício de magistério	1.659.760		
1.1.17 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		1.200.000	
1.1.18 — Gratificação pela representação de gabinete		1.200.000	
1.1.20 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde		42.000.000	
1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de serviço	56.600.000		
1.1.26 — Gratificação de representação		84.900	
	308.653.316	959.031.900	
Total de Consignação 1.1.00	1.267.685.245		
CONSIGNAÇÃO 1.2.00 — Pessoal Militar			
Subconsignações:			
1.2.01 — Vencimentos de oficiais	2.411.070.300		
1.2.02 — Vencimentos de praças	3.836.432.400		
1.2.03 — Etapas para alimentação		2.873.000.000	
1.2.04 — Gratificações militares		2.577.603.822	
1.2.05 — Ajuda de custo		52.000.000	
1.2.06 — Diárias		50.000.000	
1.2.07 — Abono de família		315.000.000	
1.2.08 — Auxílio para funeral		2.600.000	
1.2.09 — Ajuda para fardamento		32.000.000	
1.2.10 — Substituições		40.000.000	
	6.247.502.700	5.942.203.822	
Total da Consignação 1.2.00	12.189.706.522		
CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação			
Subconsignações:			
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		23.270.000	
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção		20.000.000	
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes		122.590.000	
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos			30.000.000
1.3.06 — Material de courelaria ou de uso zootécnico			20.000.000
1.3.07 — Forragem e outros alimentos para animais			200.000.000
1.3.08 — Gêneros de alimentação; artigos para fumantes			
1) Gêneros de alimentação			3.000.000
1.3.09 — Material para serviços de acampamento e de campanha; munições			500.000
1.3.10 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados a qualquer transformação			280.000.000
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios			32.000.000
1.3.12 — Sementes e mudas de plantas			30.000
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho			480.000.000
1.3.14 — Material para acondicionamento e embalagem			11.360.000
Total da Consignação 1.3.00			1.222.750.000
CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente			
Subconsignações:			
1.4.01 — Animais destinados a trabalho, produção, criação e outros fins			10.000.000
1.4.03 — Material bibliográfico em geral; filmes			2.700.000
1.4.04 — Ferramentas e utensílios de oficina			39.270.000
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas			10.000.000
1.4.06 — Materiais e acessórios para instalação, conservação e segurança dos serviços de transporte, de comunicação, de canalização e de sinalização; material para extinção de incêndio			4.920.500
1.4.07 — Material de acampamento, de campanha e de paraquedismo; armamento			74.247.500
1.4.08 — Material artístico; instrumentos de música; insígnias, flâmulas e bandeiras			2.350.000
1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria			10.000.000
1.4.10 — Viaturas de pequeno porte			30.000
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico			6.000.000
1.4.12 — Mobiliário em geral			12.000.000
1.4.13 — Objetos históricos e obras de arte; espécimes e outras peças destinadas a coleções de qualquer natureza			350.000
Total da Consignação 1.4.00			171.868.000
CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros			
Subconsignações:			
1.5.01 — Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais em geral			70.000.000
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens			50.000.000
1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas			298.200
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás			120.678.000

4.15 — MINISTÉRIO DA GUERRA

	DOTAÇÃO Variável Cr\$
1.5.05 — Serviços de asseio, higiene; taxas de água, esgoto e lixo	7.656.200
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	33.769.000
1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação	7.000.000
1.5.08 — Serviços clínicos e de hospitalização	1.790.000
1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinatura de caixas postais	8.328.000
1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros	6.150.000
1.5.13 — Seguros em geral	2.400.000
1.5.14 — Outros serviços contratuais	35.000.000
Total da Consignação 1.5.00	253.069.408

CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — *Encargos Diversos*

Subconsignações:

1.6.01 — Despesas mitidas de pronto pagamento	1.050.000
1.6.02 — Diferenças de câmbio	2.000.000
1.6.03 — Prêmios, diplomas, condecorações e medalhas	1.200.000
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens	1.200.000
1.6.10 — Serviços de caráter secreto ou reservado	2.120.000
1.6.11 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	4.400.000
1.6.13 — Serviços educativos e culturais	
1) Despesas de qualquer natureza com as atividades a cargo da Biblioteca do Exército	600.000
2) Serviços educativos e de assistência social do Território de Fernando de Noronha	100.000
1.6.15 — Representação e propaganda no exterior	15.000.000
1.6.19 — Despesas gerais com a defesa nacional	
1) Execução da lei do serviço militar e incremento da instrução militar	5.000.000
2) Manobras militares	12.500.000
3) Instalações de novas unidades, repartições e estabelecimentos militares	4.000.000
4) Despesas de qualquer natureza e proveniência com a produção de canhões sem recuo e outros armamentos e seu munição	52.000.000
Total da Consignação 1.6.00	101.170.000

Total da Verba 1.0.00 15.206.249.146

VERBA 2.0.00 — TRANSFERÊNCIAS

CONSIGNAÇÃO 2.1.00 — *Auxílios e Subvenções*

Subconsignações:

2.1.01 — Auxílios	
1) Fundações criadas pela União	
1) Fundação Osório (Decreto-lei n.º 8.917, de 26-4-46)	3.185.000
Total da Consignação 2.1.00	3.185.000

CONSIGNAÇÃO 2.3.00 — *Inativos*

Subconsignações:

2.3.01 — Funcionários aposentados e jubilações, reformados, inválidos, asilados e pessoal da reserva	3.119.000.000
2.3.06 — Abono de família	81.000.000
Total da Consignação 2.3.00	3.200.000.000

CONSIGNAÇÃO 2.4.00 — *Pensionistas*

Subconsignações:

2.4.02 — Sólido e pensões vitalícias	89.000.000
2.4.03 — Abono provisório e novas pensões	207.900.000
Total da Consignação 2.4.00	296.900.000

CONSIGNAÇÃO 2.6.00 — *Transferências Diversas*

Subconsignações:

2.6.05 — Diversos	
1) A Diretoria de Remonta, para fomento da criação de equídeos (Lei n.º 2.820, de 10-7-1956 e Decreto n.º 41.561, de 22-3-1957)	5.000.000
Total da Consignação 2.6.00	5.000.000
Total da Verba 2.0.00	3.505.085.000

Total das Despesas Ordinárias 18.711.334.146

DESPESAS DE CAPITAL

VERBA 3.0.00 — DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO E SOCIAL

CONSIGNAÇÃO 3.1.00 — *Serviços em Regime Especial de Financiamento*

Subconsignações:

3.1.01 — Saúde e higiene	
1) Território de Fernando de Noronha	500.000
3.1.02 — Defesa sanitária animal e vegetal	
1) Território de Fernando de Noronha	30.000
3.1.03 — Desenvolvimento da produção	
1) Criação de uma granja a cargo do 15.º R.I. em João Pessoa, no Estado da Paraíba	1.000.000
2) Diversos	400.000
3.1.04 — Proteção de florestas e reflorestamento	
1) Território de Fernando de Noronha	350.000
Total da Consignação 3.1.00	2.300.000
Total da Verba 3.0.00	2.300.000

4.15 — MINISTÉRIO DA GUERRA

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS

CONSIGNAÇÃO 4.1.00 — Obras

Subconsignações:

4.1.01 — Estudos e projetos	15.000.000
4.1.02 — Início de obras	
1) Construção do Ginásio Militar de Maceió, no Estado de Alagoas	5.000.000
2) Diversas	45.000.000
4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras	
1) Diversas obras, inclusive o Colégio Militar de Salvador, no Estado da Bahia; Escola Preparatória, no Estado do Ceará e Campo Militar em Marechal Hermes, Três Barras e Canoinhas, no Estado de Santa Catarina	257.990.000
4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis	
1) Recuperação da rodovia Recife-Camaragibe — Campo Militar de Aldeia, no Estado de Pernambuco	10.000.000
2) Reforma, ampliação e conservação do Quartel do Regimento Ipiranga (6.º Regimento de Infantaria) em Caçapava, no Estado de São Paulo, inclusive construção de novos pavilhões, estande de tiro, estádio para educação física e casas para oficiais e sargentos	5.000.000
3) Diversos	105.000.000
Total da Consignação 4.1.00	442.990.000

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

CONSIGNAÇÃO 4.2.00 — Equipamentos e Instalações

Subconsignações:

4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos	125.000.000
4.2.02 — Automóveis de passageiros	2.000.000
4.2.03 — Camionetas de passageiros, ônibus ambulâncias e «jeeps»	15.000.000
4.2.04 — Autocaminhões, autobombas; camionetas de carga; auto-socorro	30.000.000
4.2.06 — Tratores; equipamentos para rodovias; implementos agrícolas	20.000.000
4.2.08 — Embarcações e material flutuante; dragas e material de dragagem	3.500.000
4.2.10 — Instalações e equipamentos para obras	75.000.000
4.2.11 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com equipamentos	10.000.000
Total da Consignação 4.2.00	280.500.000

CONSIGNAÇÃO 4.3.00 — Desapropriação e Aquisição de Imóveis

Subconsignações:

4.3.01 — Início da desapropriação e aquisição de imóveis	10.000.000
4.3.02 — Prosseguimento e conclusão da desapropriação e aquisição de imóveis ...	30.000.000
Total da Consignação 4.3.00	40.000.000
Total da Verba 4.0.00	763.490.000
Total das Despesas de Capital	765.790.000
Total Geral	19.477.124.146

Parecer n. 908, de 1957

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre consulta da Mesa referente a denúncia apresentada ao Senado contra o Procurador Geral da República, como incurso no art. 40 da Lei n.º 1.079, de 1 de abril de 1950.

Oportunidade em que deve presidir o Senado para processar e julgar o denunciado.

Relator: Sr. Cunha Mello

Versa a consulta sobre a interpretação a ser dada aos dispositivos da citada lei, quanto a oportunidade do convite ao Ministro Presidente do Supremo Tribunal para vir presidir o Senado, nos termos do art. 62, § 1.º da Constituição Federal.

Pela primeira vez, o Senado vai desempenhar uma das suas importantes faculdades, funcionando com funções judiciais, no processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador Geral da República.

Por isto mesmo, era e é razoável que, através do seu órgão técnico — a sua Comissão de Constituição e Justiça —, desde logo, se estabelecesse

uma orientação para o caso em foco, e para os demais que surgirem.

A Lei n.º 1.079, de 1 de abril de 1950, embora, como muitas outras nossas leis, de redação pouco perfeita, justificativa de controvérsias na sua aplicação, resolve, entretanto, incisivamente, a dúvida objeto da consulta.

O processo e julgamento das autoridades a que se refere o art. 62, item II, da Constituição Federal, da competência do Senado Federal, ex-vi dos trâmites estabelecidos no mesmo diploma legal, passa por diversas etapas:

a) apresentação da denúncia à Mesa do Senado. Sua leitura no expediente da sessão seguinte. Eleição duma comissão especial que sobre ela emitirá parecer, no prazo de 10 dias;

b) constituída essa comissão, eleitos seu presidente e relator emitirá este seu parecer no prazo de 10 dias. Recebido esse parecer pela Mesa — será publicado e distribuído, com todas as peças que o instruírem, e dado para a ordem do dia de 48 horas, no mínimo, da publicação.

Discussão e votação do parecer, em votação nominal. Não procedendo a acusação pelo voto da maioria, serão arquivados os papéis;

c) caso seja considerada procedente a acusação, a Mesa dará imediato conhecimento dessa decisão ao Supremo Tribunal Federal, ao Presidente da República, ao denunciante e ao denunciado;

d) intimado o denunciante ou o seu procurador da decisão a que aludem os três últimos artigos, ser-lhe-á dada vista do processo, na Secretaria do Senado, para dentro de 48 horas oferecer o libelo acusatório e o rol das testemunhas.

Em seguida abrir-se-á vista ao denunciado ou ao seu defensor, pelo mesmo prazo para oferecer a contrarriedade e o rol das testemunhas. (Lei citada, arts. 49 a 58).

Como se vê, nas suas primeiras etapas, o processo e julgamento, de Ministros do Supremo Tribunal e Procurador Geral da República, transita inter-corporis, somente pertence ao Senado. Quando, porém, já julgada procedente a acusação pela maioria simples do Senado, é o processo levado ao conhecimento do Supremo Tribunal, determinando-se, claramente, no art. 59 da lei que, decorridos os prazos de libelo e contestação, serão os autos remetidos ao Presidente do Supremo Tribunal, a quem se comunicará o dia designado para o jul-

gamento, convidando-o para presidir a sessão.

Então, isto é, nesse dia, reunir-se-á o Senado sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal ou do seu substituto legal. (Art. 61 da Lei n.º 1.079).

Ora, da simples leitura dos dispositivos acima invocados e transcritos, se percebe que, nêles, se estabeleceu, claramente, quando o Presidente do Supremo Tribunal deve aparecer presidindo o Senado, para o processo e julgamento dos Ministros do referido Tribunal e do Procurador Geral da República.

Embora muito louvável a consulta que nos endereçou a Mesa, temo-la como solucionada com a aplicação dos dispositivos dos arts. 58, 59, e, especialmente, do art. 61 da Lei n.º 1.079, de 10 de abril de 1950, definidora dos crimes de responsabilidade e reguladora do seu processo e julgamento. Julgada, se for, no caso do Procurador Carlos Medeiros, procedente a acusação contra ele oferecida, a decisão deverá ser comunicada ao Supremo Tribunal Federal, a ele acusado e ao acusador; decorridos os prazos previstos nos arts. 58 e 59, remetidos os autos, em original ao Presidente do Supremo Tribunal, para que

no dia e hora designados para o processo e julgamento, devidamente convidado, venha ele presidir a sessão do Senado.

E o que está na lei especial sobre o assunto.

Interpretatio cessat in claris.

E essa lei é mandada observar pelo Regimento do Senado, art. 202.

E o nosso parecer.

Sala, das Comissões, em 7 de outubro de 1957. — Cunha Mello, Presidente e Relator. — Lourival Fontes.

— Daniel Krieger. — Gilberto Marinho. — Lima Guimarães. — Lindeu Prestes. — Francisco Gallotti. — Benedito Valladares.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisto pelo orador). — Senhor Presidente, estou preocupado com a maré montante das queixas em vários setores da opinião pública paulista, contra a situação criada pelos casos da hidrelétrica de Caraguatuba, das Indústrias Krupp, da importação de locomotivas para a Estrada de Ferro Sorocabana, do congelamento de verbas destinadas a instituições de alto valor científico, como os Institutos de Butantan e Adolfo Lutz e a própria Universidade de São Paulo; e, ainda, das dificuldades para que seja colocada no ar uma rádioemissora cuja concessão vem do governo passado para fornecimento de recursos à municipalidade da capital do meu Estado.

Acredito que interesses político-partidários estejam se prevalecendo desta onda de descontentamentos para safras eleitorais. Isso, entretanto, constituirá apenas exceção. A regra é a reclamação justa, a reclamação por vezes apaixonada, mas sempre procedente, daqueles que procuram defender interesses legítimos junto às autoridades federais.

Exatamente para evitar que a atuação da representação parlamentar de São Paulo no Senado da República sofra qualquer eiva de suspeita, limitei-me, nas vezes em que tratei de interesses do meu Estado, a ser comedido na formulação das queixas. Fui, no Congresso Nacional, a primeira voz que se levantou para encaminhar às autoridades federais requerimentos de informações sobre a exata situação em que se encontram alguns desses problemas, destacando-se, entre eles a questão das Indústrias Krupp e da Hidrelétrica de Caraguatuba. Não procurei dar à minha atuação maior alarde; angustiei-me apenas à atenção que os vários órgãos da imprensa representados nesta Casa, procuraram dar, registrando minha modesta atuação. Verifico, todavia, que em São Paulo a queixa se aprofunda. Noticiou a imprensa que, na cidade de Jundiaí, os protestos assumiram tal vulto e magnitude que o próprio comércio, em sinal de protesto, cerrou as portas em um dos dias da semana finda. Comícios em praças públicas foram realizados, oradores manifestaram-se sobre a questão. Na própria Assembleia Legislativa de São Paulo teve o caso tal repercussão que um dos Senhores Deputados apresentou indicação em que pedia a constituição de comissão de parlamentares, para se entender diretamente com as autoridades da República, passando, através de Senadores e Deputados Federais, sobre esses problemas, bandeirantes.

E, portanto, Sr. Presidente, assunto já conhecido, examinado desta tribuna, ao qual a imprensa de todo o País deu destaque, em suas publicações. Volto a ele, ainda, uma vez porque dentre os discursos que proferi nesta tribuna, um houve que me

receu apreciação especial por parte de João Trancoso e consuetudinários jornais da nossa imprensa. Refiro-me ao *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e ao *Correio Paulistano*, de São Paulo.

Com o prestígio de todos reconhecido, ambos examinaram o trabalho que aqui apresentei, sobre a posição secundária do Senado da República no exame da proposta orçamentária. Concluíam, de acordo com a minha tese, pela necessidade de reforma constitucional que dê ao Senado da República atuação mais decisiva no exame da proposta orçamentária, a fim de que, de futuro, essa peça fundamental na vida da Nação deixe de ser — como o é atualmente — antifeederativa, para atuar com equilíbrio na distribuição de verbas a todas as unidades da federação, consoante o princípio federativo.

Sr. Presidente, se é bem verdade que examinei este aspecto da proposta orçamentária, não é, menos certo que mais de dois terços daquele meu discurso versaram especificamente sobre a redistribuição das verbas orçamentárias, mostrando a desproporcionalidade, entre a arrecadação de alguns Estados, tendo à frente São Paulo, e as verbas distribuídas para atender às necessidades dessas unidades federativas.

Na ocasião, frisei a contribuição percentual de São Paulo para a Receita e a insignificância da cota que lhe é distribuída nas despesas. Mostrei, com muita preocupação, a desigualdade de tratamento com relação aos pequenos Estados: Assinaí, por exemplo, que somente Minas Gerais e Rio Grande do Sul recebem um terço da verba de despesa do Orçamento da União, enquanto Amazonas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás, têm, no Orçamento, percentagem inferior à que toca aqueles dois Estados.

Fiz questão de ressaltar essa situação orçamentária, para demonstrar que, como representante de São Paulo, não me preocupo exclusivamente com os interesses da terra bandeirante, mas sim com os da própria Nação.

Essa minha preocupação, que não teve nessas críticas o exame necessário, pois — se viu apenas a parte referente à posição do Senado no exame orçamentário — tem, para mim, importância fundamental. Desejei mostrar exatamente como a nossa Lei de Meios é contrária aos interesses da Federação.

Apartado por colegas, quando me referia à contribuição orçamentária de São Paulo, da ordem de 60% da arrecadação geral da Nação, declarei que não há, de nossa parte nenhuma validade por essa situação excepcional do Estado bandeirante. Entendemos que nosso trabalho resulta, da colaboração de todos.

Nesta altura, Sr. Presidente, desejo frisar que uma das preocupações dos responsáveis pelos setores de trabalho de São Paulo é justamente contribuir, na medida do possível, para o desenvolvimento de todas as mais regiões do Brasil.

São Paulo industrializa-se a passos largos; consequentemente, precisa de mercado consumidor para seus produtos. Não compreendo política melhor que a de velar por todas as zonas do País a fim de que nosso consumo, per capita, vá num crescendo constante, nas mesmas proporções que a produção per capita se desenvolve.

Sr. Presidente, Sr. Senadores, num Estado, cujos homens públicos se manifestam dessa maneira, preocupando-se com os problemas nacionais, os interesses por eles defendidos devem ser atendidos pelo Poder competente. Urge que não se aprofunde, na opinião pública, essa onda de queixas e reclamações que, no momento, preocupa o povo de São Paulo.

Creio que estaria dispensado de reunir provas às minhas afirmações, porque os eminentes colegas, certo, têm acompanhado o noticiário dos jornais de São Paulo.

Tenho em mão exemplares de diversas e importantes órgãos da imprensa de minha terra, todos eles registrando essas queixas. Verifico, por exemplo, em o "Estado de São Paulo", tradicional e prestigioso periódico, assim considerado não só naquele Estado como em todo o Brasil, no seu artigo de fundo e de responsabilidade da redação, sob o título "Notas e Informações", comentários sobre carta pelo mesmo jornal estampada no número de domingo, subscrita pelo Senhor Edgar Teixeira Leite, membro do Conselho Nacional de Economia. A certa altura do comentário, o articulista conclui um tópico com estas expressões, que falam, com muito acerto, de minha inicialmente dita preocupação:

"Cinge-se o nosso missivista, como dissemos, ao caso de Caraguatuba, e é pena. Porque a visão geral de todos os problemas que aqui temos debatido tê-lo-iam convencido melhor de que não é um desentendimento entre São Paulo e o Estado do Rio que se trata, mas de uma conspiração — sub-repticiamente chamada nas altas esferas federais contra os legítimos interesses deste Estado".

Vêm os eminentes colegas que já se qualifica de conspiração e trama das altas esferas federais o que vem acontecendo contra São Paulo.

Evidentemente, não posso endossar tal conceito sobre o sentido verdadeiro dos acontecimentos ligados aos interesses defendidos por São Paulo; e por assim entender, formulei, requerimentos de informações, baseado nos quais pretendo, de posse das respostas, fazer crítica objetiva e concreta.

Oxalá, Sr. Presidente, as respostas convençam a mim e à opinião pública paulista de que o importante e respeitado jornal "Estado de São Paulo" está equivocado.

Malgrado minha posição político-partidária ser, constantemente, objeto de críticas pela orientação desse conhecido e respeitoso jornal, verdade é que, se terganho houver ele mesmo em outro comentário, se encarregará de repará-lo. De qualquer maneira, porém, um ponto é pacífico: a opinião pública paulista está queixosa e reclamando. Urgem providências!

Quando Prefeito de São Paulo, tive a honra de receber em minha casa o então Presidente eleito da República, Sr. Juscelino Kubitschek. Fiz-lhe uma exposição das dificuldades por mim encontradas na administração da Capital do meu Estado; mostrei-lhe que a Caixa Econômica Federal de São Paulo, com depósitos da economia dos habitantes daquela cidade havia feito empréstimos a várias regiões do País, como, por exemplo, à Capital da Bahia, a histórica e muito querida de todos nós, Cidade do Salvador. Nas mesmas condições outros municípios o haviam conseguido com o que nós, os brasileiros de São Paulo, estávamos de acordo, porque é de nosso espírito essa colaboração; mas mister se tornava que, à Capital bandeirante se dispensasse igual tratamento. O Sr. Juscelino Kubitschek, dias depois, tomou posse de curul presidencial. Não demorou muito tempo renunciei à Prefeitura de São Paulo, sem lograr êxito o empréstimo solicitado. Ao que me conata, até o presente momento, o atual Chefe do Executivo da Capital — Sr. Adhemar de Barros, continua lutando para o conseguir, apesar de já aprovado pelo Conselho Superior da Caixa Econômica Federal, autorizado, mas ainda não efetivado.

Contra essas falhas, Sr. Presidente, é que se vão formando, na opi-

nião pública bandeirante, tristezas, águas e aborrecimentos que acabam por dar ao resto do País visão inexacta das nossas reclamações.

O que desejaria, como representante de São Paulo na Casa Alta do Congresso Nacional, era ver tais interesses, atendidos com mais solicitude e mais atenção. Assim, por exemplo, quando encaminho, por intermédio da douta Mesa, requerimentos a Ministros de Estado ou ao próprio Presidente da República, solicitando determinadas informações, não o faço pelo espírito demagógico de agitação, de demonstração de serviço, mas com o desejo sincero e honesto de colher informações que me autorizem, que me dêem base para discutir, com conhecimento de causa, aqueles problemas focalizados pelos meus requerimentos.

Hoje, por exemplo — já que me estou referindo a alguns órgãos da nossa imprensa — o "Correio da Manhã" publica, com destaque, resumo do requerimento que encaminhei ao Ministro da Fazenda, pela segunda vez, para reclamar informações sobre a aplicação dos recursos do Instituto Brasileiro do Café, destinados à campanha da melhoria da produção cafeeira.

Final de contas, Sr. Presidente, qual o meu interesse? Por que essa minha investigação? Por que esse meu pedido? É que vejo nos órgãos publicitários — jornais, rádio, televisão — anúncios constantes sobre a necessidade da produção de café finos. Trata-se de matéria pagá. Está certo que se faça essa propaganda. Ao lado, no entanto, da despesa publicitária, a mim me parece indispensável, absolutamente necessário: que o lavrador, que no interior, trabalha, produz café e reúne, portanto, recursos, cambiais e divisas para a economia nacional, também seja amparado, também receba auxílio, estímulo; e não somente platonismo, através de noticiário de imprensa, rádio e televisão e, sim, por meio de elementos materiais positivos e concretos.

Não sei se assim se está procedendo. Não tenho, mesmo, elementos para formular críticas ao Instituto Brasileiro do Café enquanto não me forem fornecidas informações básicas. Então, sim, entrarei na crítica, favorável se a orientação estiver conforme o meu ponto de vista; desfavorável se porventura verificar esbanjamento de dinheiro, de recursos que os lavradores fornecem a essa autarquia governamental.

Creio, Sr. Presidente, que dentro de mais alguns dias, a opinião pública terá os esclarecimentos indispensáveis para se pôr termo à agitação existente no momento em meu Estado.

Com referência às Indústrias Krupp, o Sr. Presidente da República, em rápida entrevista, deixou transparecer o interesse do Governo em encontrar uma fórmula a fim de que o pedido daquela organização, em se enquadrar, tecnicamente, as exigências das nossas autoridades especializadas no assunto.

Não julgo acertado as nossas autoridades regularem a situação de acordo com os interesses dos industriais da Krupp; ao contrário, parece-me correto exigir de Krupp a adaptação às nossas exigências. Trata-se a meu ver, de questão técnica, de solução fácil. Ao que se pretenda ou pretenda essa indústria fabricar caminhões de 15 ou 16 toneladas com eixo demasiadamente longo, para um tráfego rápido e livre nas nossas estradas de rodagem. Exige-se-lhe, então, o ajustamento às nossas condições técnicas.

Com estes esclarecimentos há de amainar, por certo, o desassossego que se está criando em São Paulo. Sr. Presidente, penso que as autoridades federais agem bem verifi-

cando se, atrás da transferência das Indústrias Krupp para o Brasil, não existe algum negócio de grupos, que precisa ser devidamente esclarecido.

Recebi, por exemplo, após o meu requerimento de informações, correspondência de São Paulo, denunciando-me o interesse de certos elementos, que teriam comprado toda a área da estação chamada "Campo Limpo", na região de Jundiaí, que está sendo loteada. Eis por que pretendem exercer pressão junto às autoridades federais, a fim de conseguir, a galope, a toque de caixa, imediata autorização para, em Campo Limpo, se instalem as Indústrias Krupp.

Sr. Presidente, não sei até onde procede essa denúncia, de extrema gravidade; e por isso, repito, formulei requerimento de informações. Só o Governo Federal pode, oficialmente e com autoridade, dizer a esta Casa das razões por que está agindo com cautela.

O Sr. Assis Chateaubriand — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Assis Chateaubriand — Ouvi, com todo o interesse, a exposição de V. Ex.^a. Devo dizer que conheço muito pouco o caso Krupp; mas sei que essa Companhia pelas cláusulas do Tratado de Paz, está quase impossibilitada de aplicar seus recursos, dentro da área alemã, do Reich germânico. Essa a razão pela qual procura colocar seus imensos recursos disponíveis fora do território metropolitano do Reich. Há cerca de ano e meio, o Governador de São Paulo falou-me a esse respeito; e eu lhe disse que deveria dar gratuitamente o terreno à Companhia Krupp, que queria pagar segundo me informou, de uma quinz mil milhões de cruzeiros. e o Governo anterior insistia por uma importância de mais oito a dez milhões de cruzeiros. Repliquei-lhe então: "O Brasil precisa examinar aquilo que Ferrero chamava os problemas do seu progresso em ângulo muito mais largo". Como o nobre colega sabe e eu já disse nesta Casa — somos um país paupérrimo.

Abtink, em 1948, ao examinar aquele velho distrito cafeeiro, nas redondezas de São Paulo, considerou indispensáveis cinco a seis milhões de toneladas de adubos minerais, para recuperar os solos agrícolas daquela região. Tendo a fortuna de contarmos com a Cia. Krupp no Brasil, devemos dar-lhe uma subvenção, devemos votar os cem milhões de cruzeiros necessários à Krupp, para entrar no Brasil, ensinar os técnicos, e colocar seus melhores engenheiros, seus homens mais capazes ao serviço do crescimento do Brasil. Se insistirmos em recusar o capitalismo internacional, único veículo do qual poderemos advir recursos para que o nosso País saia da negríssima situação em que se encontra, espere então V. Ex.^a ver o Brasil reduzido a um distrito africano, colonizado por belgas, franceses, ingleses ou portugueses, mas povoado por autônticos. Devemos dar à Krupp o que ela pede e o que não pede; e não só à Krupp como a todas as forças do capitalismo. Só assim poderemos resgatar o Brasil da sua atual miserabilíssima situação. Disse eu ao Governador de São Paulo: V. Ex.^a pode doar esse terreno à Krupp. Diga que o autorizei, como uma partícula ínfima da opinião pública de São Paulo. Depois, defenderei V. Ex.^a no Senado, na imprensa, no rádio, na televisão, em todos os veículos ao meu alcance. Estou convicto de que a entrada de organização como a Krupp no Brasil só pode ser fator de adiantamento técnico e elemento seguro da expansão de nosso progresso.

O SR. LINO DE MATTOS — Esta é a terceira vez em que o Sr. Assis Chateaubriand...

O Sr. Assis Chateaubriand — V. Ex.^a sabe que sou desabusado para essas coisas.

O SR. LINO DE MATTOS — ... em que ocupo a tribuna do Senado para examinar os aspectos da instalação das indústrias Krupp no Brasil. Em todas essas oportunidades, manifestei-me a ela absolutamente favorável.

O Sr. Assis Chateaubriand — V. Ex.^a é um parlamentar bastante adiantado.

O SR. LINO DE MATTOS — Em uma dessas vezes frisei que, entre as razões que militam em favor da Krupp, estava o compromisso de que essa indústria faria reverter em benefício da economia nacional os lucros auferidos da sua atividade industrial em nossa Pátria.

Estamos, portanto, eminente Senador Assis Chateaubriand, neste particular, de comum acordo. Penso também que o Governo de S. Paulo deve oferecer, por doação, a área precisa para a instalação dessa indústria; mas o que me pareceu inadivável fixar hoje é a denúncia extremamente grave, de que elementos interessados teriam comprado vasta área na região onde se vai instalar a KRUPP, para o loteamento e venda a preços excessivos.

Sr. Presidente, não me parece justo nem mesmo razoável que homens públicos debatam, patrioticamente, a instalação da Krupp, que a Imprensa, representada pela unanimidade dos jornais, do rádio e da televisão, se manifesta sobre o assunto e alguns negociatas, na ilharça desse trabalho, dessa nossa preocupação, estejam adquirindo terrenos, para revendê-los com grandes lucros.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Lamento comunicar ao nobre orador que falta apenas um minuto para o término do tempo regimental de que dispõe.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente na prorrogação da hora do expediente, a fim de que o nobre representante de São Paulo possa concluir sua brilhante oração.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Ezechias da Rocha.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado. Continua com a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS — Muito grato ao eminente Senador Ezechias da Rocha e à Casa pelo requerimento e sua aprovação.

Sr. Presidente, volto, com base no valioso aparte do nobre colega, Senador Assis Chateaubriand, a insistir na necessidade de o Governo da República ou o de São Paulo, ou ambos, promoverem uma investigação sobre a procedência, ou improcedência, desse fato. Caso se verifiquem transações recentemente realizadas com terrenos naquela região, cabe ao Governo de São Paulo desapropriá-los, a fim de seguir o conselho do nobre Senador Assis Chateaubriand. Deve a Krupp receber o favor da doação do terreno para nela instalar suas fábricas dentro daqueles compromissos que reiteradamente aqui examinei, quais os de aplicar no Brasil os lucros auferidos na exploração das suas indústrias.

O Sr. Assis Chateaubriand — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Assis Chateaubriand — Estive no Norte e regresséi antontem a São Paulo, onde fui informado, por notável indústria local, que três engenheiros da Krupp ofereceram seus serviços à organização que dirige porque haviam recebido ordem de retornar a Alemanha, mas preferiam ficar em São Paulo. Tinha ele a impressão de

que a Krupp, em consequência das dificuldades que vem encontrando no Brasil, deliberara retirar-se de nosso território.

O SR. LINO DE MATTOS — A informação que presta V. Ex.^a, sem dúvida servirá como colaboração às autoridades federais no encaminhamento da solução desse problema.

Sr. Presidente, quando tive a honra de ser apartado pelo nobre colega, Senador Assis Chateaubriand, começava a examinar o segundo motivo de reclamação da opinião pública paulista: a hidrelétrica de Caraguatubá. Conforme acentuei no meu requerimento de informação, encaminhado à Presidência da República, desejo saber se é ou não verdade que o Conselho de Segurança Nacional opinou contrariamente ao decreto de concessão para essa hidrelétrica, assim como também o foram as autoridades fluminenses.

Não obtive ainda a resposta. Sei, entretanto, extra-oficialmente, que o Conselho de Segurança Nacional não é favorável à medida.

As autoridades fluminenses batem-se pela revogação do decreto que favorecerá a construção da hidrelétrica de Caraguatubá, por parte do Governo de São Paulo.

Não é porém matéria para ser examinada de permo com assunto como o de que estou tratando, há mais de uma hora; mesmo por que desejo continuar na minha orientação de fazer críticas depois de a autoridade competente prestar as informações solicitadas.

Não antecipo julgamentos passíveis de serem reexaminados.

O Sr. Assis Chateaubriand — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com todo o prazer.

O Sr. Assis Chateaubriand — O nobre colega desempenha nesta Casa, o mais útil e fascinante papel que pode ter um Senador da República: o de agitador de debates. Aliás, como agitador V. Ex.^a é uma exceção, no Brasil, porque não é demagogo. Deseja apenas agitar fatos, idéias e, sobretudo, agitar soluções. Venho examinando, há muitos anos a questão do aproveitamento das águas do sistema tributário da Baía do Rio Paraíba. Possuindo um pequeno avião, vôo, há mais de dozeito anos, sobre as duas cabeceiras desse rio, formado, como V. Ex.^a sabe, de dois braços, o Piratunga e o Paraíba. A destruição das matas nas cabeceiras e ao longo da orla desse rio tem reduzido o volume de água de maneira verdadeiramente inquietadora; e não ignora o nobre colega que as chuvas têm diminuído, também, de forma alarmante, em toda a área de São Paulo e Minas Gerais. Se Caraguatubá fosse construída, tenha V. Ex.^a a certeza de que o sistema hidroelétrico do médio e do baixo Paraíba, já em funcionamento, seria profundamente atingido, tão brutal é a descarga de água requerida pela central elétrica projetada, segundo li nos jornais paulistas, para mais de cinco mil HP.

Sabe V. Ex.^a que a grande solução de São Paulo é o poderosíssimo volume do Rio Grande. No caso, aliás, o Presidente Juscelino Kubitschek e o Dr. Lúcio Lopes têm-se conduzido com extraordinário provincialismo, porque Furnas, a grande solução paulista, não é, por enquanto, solução para Minas Gerais, pois esta não tem a tremenda demanda anual dos distritos industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Se construirmos Furnas, com 1 milhão e 500 mil HP, cobrindo área superior, três vezes, ao Distrito Federal, asseguraremos durante um período de dez a quinze anos, todo o poder de demanda desses dois grandes distritos. Vemos, no entanto, aplicado o adágio "preço por ter, não e preço por não ter". O Ministro Lucas Lopes está sendo violentamente atacado, em Minas Gerais, porque vai inundar dois, três ou quatro municípios daquele Estado, de boas

terras cafeeiras, para se construir a represa dentro do Rio Grande e alimentar a importante Central Elétrica, que só poderá ser construída por etapas. Pergunto eu: os cálculos do Rio Grande, dentro da região de Minas Gerais e na em que separa Minas e São Paulo, dão 10 milhões de HP. Por que perturbar sistema já construído, que não tem reservas de água, senão as aproveitadas mais adiante, no sistema do rio? Por que, repito, construirmos Caraguatubá se temos 1 milhão e 700 mil HP à vista? São Paulo deve apoiar, portanto, o plano mineiro, que não é mineiro e sim muito mais paulista e muito mais carioca. Esta a razão por que o Dr. Lucas Lopes sofre críticas impiedosas, inclementes, inteiramente injustas de parte considerável da opinião pública de Minas Gerais. Eu como habitante de São Paulo — pois que a maior parte do meu tempo, passo-o naquele Estado — creio que a solução do problema de energia elétrica do Estado se encontra no Rio Grande e, futuramente, em Urubupungá, assim como também em Sete Quedas e Iguaçu. Caminhos, agora, para o Rio Grande, em direção a Furnas. Localiza-se o Rio a trezentos quilômetros de São Paulo; e já existindo a interligação São Paulo-Rio, não haverá o dispêndio de um centavo para trazer esse cabedal de energia elétrica ao Rio de Janeiro, a Belo Horizonte ou a São Paulo. Eis, nobre colega, salvo melhor juízo, o que pode informar a Casa um repórter espantado e atrevido.

O SR. LINO DE MATTOS — A solução ideal para São Paulo há de ser, por força, aquela que resolvendo os problemas de interesse da terra paulista, não contrarie aqueles legítimos, dos nossos co-irmãos. Nem ficaria bem para um representante de minha terra, conscientemente, formular defesa de reivindicações locais, que se chocassem com as dos Estados vizinhos.

O Sr. Assis Chateaubriand — Tal procedimento não se coadunaria com um espírito da atitude de V. Ex.^a, que, antes de ser paulista, é brasileiro.

O SR. LINO DE MATTOS — Estou no pressuposto de que a crítica à Hidrelétrica de Caraguatubá, no sentido de que o Governo Federal estaria criando dificuldades, procede; daí, minha presença na tribuna.

Como disse de início, porém, não quero anteciper julgamentos, sem os elementos informativos em mãos. Prefiro estar de acordo com o eminente Senador Assis Chateaubriand, quando aconselha solução diversa, sem necessidade de se desviar para o Atlântico, nos portos das águas do rio Paraíba. Se esse desvio de águas não redundar em prejuízo para a economia fluminense mas ao contrário, for benéfico, possibilitando a hidrelétrica de Caraguatubá fornecer energia elétrica a várias cidades fluminenses, como é o caso de Rezende, Volta Redonda e outras, certo, eminente Senador Assis Chateaubriand voltarei à tribuna para defender a construção da usina.

O Sr. Assis Chateaubriand — Solução apenas municipal. Precisamos, no Brasil, fugir das soluções pequeninas, preferindo as imperiais, do tamanho dos nossos destinos e da envergadura geográfica, econômica e política do País.

O SR. LINO DE MATTOS — Sou favorável às soluções nacionais, que atendam efetivamente, aos interesses de todos, sem prejuízo para ninguém. Outra razão de queira, Sr. Presidente é a negativa da SUMOC à importação de vagões para a Estrada de Ferro Sorocabana. Quanto a essas atitudes de autoridades federais, sempre tendo, certeza, isto é, recebendo informações, categóricas e oficiais, podemos neias acreditar.

Não me passa pela mente negar a SUMOC licença para a importação de vagões, como os vagões da Sorocabana, fundamentais para a vida de São Paulo e de outros Estados.

Conforme é do conhecimento público, a Estrada de Ferro Sorocabana é, hoje, uma das vias importantíssimas de nossa terra; eletrificada no início do Governo do Sr. Ademar de Barros atingiu tal grau de aperfeiçoamento que constitui motivo de orgulho viajar-se atualmente, pela Estrada de Ferro Sorocabana.

O Sr. Assis Chateaubriand — Como V. Ex.^a disse muito bem a eletrificação deve-se ao Sr. Ademar de Barros, que a realizou em luta aberta com o Governo Federal. Posso dar testemunho disso. V. Ex.^a sabe que espírito avançado S. Ex.^a é. Sou admirador tão grande do Sr. Ademar de Barros e das suas concepções de governo no Brasil que lhe vou contar o seguinte fato: quando S. Ex.^a foi a minha casa convidar-me para seu companheiro de chapa, como Vice-Presidente na lista que ele encabeçava como Presidente respondi-lhe, desde logo que não poderia aceitar, porque, sendo de partido, só poderia figurar em chapa do P.S.D. ou do P.T.B. Gostaria entretanto me dissesse qual seria seu primeiro ato se eleito porque se conhecessem o meu, eu atraícaria meu candidato e dar-lhe-ia cinco milhões de cruzeiros de publicidade gratuita. Respondeu-me o Sr. Ademar de Barros que mandaria buscar 300 geólogos americanos, ingleses e suíços para verem o que o Brasil tem no seu interior.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, se nenhum proveito tivesse eu hoje conseguido ao tratar deste assunto, por certo um, de imenso valor ficaria registrado nos Anais da Casa — o depoimento honesto e sincero do Senador Assis Chateaubriand, sobre a atuação do Chefe Nacional do meu partido, Sr. Ademar de Barros, a quem o meu Estado e a minha Pátria devem o início da eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana, via de transporte que constitui orgulho para todos nós.

Sr. Presidente, é a essa estrada de ferro que a SUMOC, segundo me informou pela imprensa, nega licença para importar vagões. Creio desnecessário frizar a maneira absolutamente apartidária, sem preocupações eleitorais, com que me comporto neste caso de interesse do meu Estado. Abordei os interesses da prefeitura municipal. Dir-se-á, porque lá está, à sua frente, o Sr. Ademar de Barros, chefe do meu partido. Estes outros assuntos, porém, como vagões para a Sorocabana, Krupp, Caraguatatuba, são de interesse do Estado, e a chefia do governo estadual está entregue a um meu adversário político. Não vejo à minha frente o Sr. Ademar de Barros ou o Governador de São Paulo, Sr. Jânio Quadros, mas a população paulista, o Estado que me deu a honra de me entregar o mandato de seu representante na Câmara Alta do Congresso Nacional. Defendo interesses de uma coletividade, e não o faço com bairrismo nem regionalismo. Quando falei da distribuição das verbas orçamentárias, fixei a posição secundária que ocupam os pequenos Estados, cuja parcela no recebimento é insignificante. Mostrei que dois Estados da República, apenas, recebem mais do que doze outros, numa imensa e imperdoável injustiça; que clama aos céus.

Urgem, portanto, repito, providências, entendimentos entre Senadores e Deputados Federais, a fim de se encontrar uma fórmula pela qual nosso Orçamento da República deixe de ser contrário aos interesses da Federação para ser uma Lei de Melos que simbolize o regime federativo em que vivemos. Certo que só se conseguirá esse objetivo, em definitivo, com a reforma da Constituição, para atribuir-se ao Senado função mais condigna com a sua posição no Congresso Nacional. Enquanto isto não se consegue, vamos aos entendimentos cordiais e amistosos.

Sr. Presidente, era o que desejava falar a propósito do ambiente de conformismo, de aborrecimento, de maguas, de tristezas em que vive neste instante a opinião pública paulista. Estou convencido de que tudo se esclarecerá; estou certo de que os interesses de São Paulo serão compreendidos e consequentemente atendidos. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

— Sobre a mesa requerimento de licença que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento n. 501, de 1957

Tendo sido convidado a chefiar a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira ao 24.º Conselho dos Governadores da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha à XIX.ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha, a realizarem-se em Nova Delhi, capital da Índia, de 24 de outubro a 7 de novembro de 1957, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos do art. 49 da Constituição Federal e do art. 24 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1957. — Vivaldo Lima.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o dispositivo do artigo 24, parágrafo único do Regimento Interno, o requerimento será remetido à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa duas comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidas as seguintes:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente: Achando-se ausente desta Capital o Senhor Senador Gaspar Velloso, solicito se digne Vossa Excelência de designar-lhe substituto temporário na Comissão de Redação, na forma do disposto no art. 39, § 2.º, do Regimento Interno.

Atenciosas saudações. — Ezequias da Rocha.

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente: Achando-se ausente desta Capital o Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, solicito se digne Vossa Excelência de designar-lhe substituto temporário na Comissão de Redação, na forma do disposto no art. 39, § 2.º, do Regimento Interno.

Atenciosas saudações. — Ezequias da Rocha.

O SR. PRESIDENTE:

Designo os nobres Senadores Ruy Carneiro e Daniel Krieger para substituírem, na Comissão de Redação, respectivamente, os Srs. Senadores Gaspar Velloso e Argemiro de Figueiredo.

Sobre a mesa requerimento de urgência, que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento n. 502, de 1957

Nos termos do art. 156, § 3.º, combinado com o art. 126, letra j, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 210, de 1957, que altera disposições das Leis n.ºs 2.550, de 23 de julho de 1955, e 2.982, de 30 de setembro de 1956.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1957. — Cunha Mello. — Benedito Valladares. — Pitombo Cavalcanti. — Francisco Galvão. — Alô Gut-

marães. — Lúcioval Fontes. — Leonidas Mello. — Ezequias da Rocha. — Linu Prestes. — Othon Mader. — Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

O presente requerimento será votado no final da Ordem do Dia.

Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento n. 503, de 1957

Levanta-se, neste momento, no meu Estado, um movimento de protesto em defesa de "seus direitos ameaçados e dos mais altos interesses do país".

Trata-se dos embaraços que vem sendo opostos a construção da Usina de Caraguatatuba, em virtude da mesma exigir "brutal descarga do rio Paraíba", e das dificuldades que se tem oposto à operação do projeto da Krupp e de seu plano de fabricação de caminhões de 16 ou 18 toneladas, sob alegação de que o Conselho Brasileiro de Normas Técnicas, entende ser essa tonelagem considerada demasiada para a estrutura das nossas estradas. A matéria vem sendo amplamente debatida pela imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Ainda, hoje, o "Correio da Manhã" publica a seguinte nota:

"Jundiá fez greve, outro dia. Motivo: as dificuldades que 'aparecem' no Governo Federal impedindo a instalação da Krupp em 'Campo Limpo'. O povo saiu à rua com faixas e o comércio fechou as portas. São Paulo inteiro está de olho na alta administração para ver o que é que há e como é que vai ser. Ninguém entende direito argumentos que visam a impedir que aquele nome vire indústria brasileira em São Paulo. O que se sente por aqui é que seus argumentos são tênues, as dificuldades são palpáveis".

Na defesa dos legítimos interesses do meu Estado, venho requerer que a Mesa se dirija à Escola Politécnica e ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas, ambos da Universidade de São Paulo, formulando apelo no sentido de que examine objetivamente os problemas do maior interesse nacional, e comunique os resultados de seus estudos, com a possível urgência, ao Senado da República.

A solicitação em apêço visa instruir, oportunamente, o estudo da matéria nesta Casa.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1957. — Linu Prestes.

O SR. PRESIDENTE:

Solicita o Sr. Senador Linu Prestes que a Mesa se dirija a órgãos integrantes da Universidade de São Paulo, formulando apelo no sentido de que realizem determinados estudos e encaminhem os resultados a esta Casa, a fim de instruírem o estudo da matéria, na oportunidade em que o Senado dela se haja de ocupar.

Examinados os termos do documento em apêço, a Mesa verifica tratar-se de modalidade de requerimento não prevista expressamente na lei interna.

Não se enquadra, de maneira precisa, o item dos requerimentos de informações, cujo despacho está situado na esfera da competência do Presidente.

A vista disso, a Mesa julga oportuno solicitar sobre a matéria o parecer da dta Comissão de Constituição e Justiça.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 1955, que regula o repouso remunerado para os empregados que trabalham à base de comissão, tendo Pareceres: — I — Sobre o Projeto (ns. 352 e 354, de 1957), das Comissões: — de Constituição e Justiça, contrário; de Economia, favorável; e de Legislação Social, contrário. II — Sobre a emenda de Plenário: (ns. 899 a 901, de 1957), contrários, das Comissões: — de Constituição e Justiça; de Economia; e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 504, de 1957

Nos termos dos arts. 126, letra f, e 155, letra b, do Regimento Interno, requerio adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 1955, a fim de ser feita na sessão de 17 de outubro próximo.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1957. — Leonidas Mello.

O SR. PRESIDENTE:

O processo sai da Ordem do Dia para voltar na data pré-fixada.

Discussão única do Projeto da Lei da Câmara n.º 86, de 1957, que estende aos militares o disposto no art. 1.º, da Lei n.º 529, de 9 de dezembro de 1948, tendo Pareceres, sob ns. 888 a 870, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça, declarando-se incompetente para opinar sobre a matéria, Segurança Nacional, favorável; e de Finanças, favorável.

O SR. PRESIDENTE:

Há requerimento sobre a mesa que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 505, de 1957

Nos termos dos arts. 186, letra f, e 155, letra b, do Regimento Interno, requerio adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 86, de 1957, a fim de ser feita na sessão de 18 de outubro próximo.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1957. — João Villasbôas.

O SR. PRESIDENTE:

O processo, sai da Ordem do Dia, devendo ser incluído no dia 13 de outubro, conforme requerido.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 168, de 1957, que abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 139.516,80 para atender ao pagamento devido ao Ministro aposentado Antonio Pereira Braga, tendo Parecer favorável, sob número 891, de 1957, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto. Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção.

Campinho a Contendas no Estado da Bahia.

A matéria é de transcendental importância para o meu Estado e — por que não dizê-lo? — para o Norte do país incluindo os territórios de Goiás e Minas Gerais, bem como a vasta região do vale do São Francisco. Mereceu a proposição parecer favorável da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, na qual tive oportunidade de relata-la.

Não seria demais, Sr. Presidente, dada a importância da iniciativa na economia do meu Estado, lembrar palavras do meu parecer:

"O eminente Deputado Vasco Filho, autor do projeto ilustre e notável engenheiro, em sua bem fundada justificação, apresenta elementos de natureza técnica, econômica e financeira, plenamente convincentes e convincentes a não deixarem dúvidas no sentido de uma pronta solução para a ligação ferroviária que se tem em vista executar, em benefício dos mais altos interesses da Bahia e, quiçá, nacionais, por isso mesmo que esse Estado da Federação terá as suas vias de comunicação terrestres grandemente facilitadas através da intercomunicação entre os Estados vizinhos, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, na conformidade das estradas já projetadas pelo plano de Viação Nacional.

Já podemos prever a função que o futuro porto de Campinho desempenhará como escoadouro da imensa região a que vai servir, influenciado, ainda mais pelo decisivo desenvolvimento da vasta zona do Vale de São Francisco que será futuramente ligada ao Oceano Atlântico.

A ligação proposta fará parte integrante do tronco principal Oeste do Plano de Viação Nacional, tendo como início um porto natural e franco, se desenvolvendo através do vale pela qual poderá atingir, de modo mais técnico e econômico, o Coração do Brasil, no planalto Central.

O prolongamento de Contendas — ponto terminal da ligação projetada já ligada ao sul do país e que se pretende aproveitar como trecho comum, até as margens do Rio Verde Pequeno (por cujo vale em declive suave atingirá o Rio Verde Grande) nos levará às margens do "S. Francisco", nas proximidades de Carinhanha. Essa ligação no Atlântico por uma ferrovia de muito melhores condições técnicas de desenvolvimento menor da metade do atual percurso Salvador Juazeiro, atravessará terrenos de imensurável fertilidade, em zonas muito mais ricas do que as que abrange o atual traçado Salvador-Juazeiro, pela Leste Brasileiro, proporcionando, assim, muito maior desenvolvimento às zonas servidas. Tal é a importância da ligação em foco.

Num país como o Brasil, de extensão territorial vastíssima, onde devem ser considerados preferenciais os problemas que dizem respeito à produção e transportes, não se deve retardar a solução dos mesmos fatores básicos para o nosso desenvolvimento econômico.

No particular, pensamos que tudo devemos fazer no sentido

de ser intensificada e ampliada, com a brevidade possível, a nossa rede de comunicações, sejam marítimas, fluviais ou terrestres desde que obedeçam a planos inteligentemente elaborados para atenderem as finalidades que temos em vista atingir".

"Aproveitará toda a ligação L 18, já em construção (Ubaitaba — Jiquié — Contendas), assim como aproveitará rumo a Formosa, 310 quilômetros de linha férrea já em tráfego, no tronco principal norte, (Contendas — Rio Verde Pequeno) — 599 quilômetros rumo a Montes Claros, representando este aproveitamento valiosa contribuição por se tratar da onerosa transposição do divisor de águas nas bacias do "Rio das Contas" e do "Rio São Francisco", na famosa garganta do "Saco da Onça".

Constituirá ainda esta ligação um importante traço de união entre as três principais ferrovias que servem ao Estado da Bahia. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, em Contendas. Estrada de Ferro de Nazaré, em Jiquié e Estrada de Ferro Ilhéus a Conquista, em Ubaitaba".

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Com a maior satisfação eminente Senador.

O Sr. Juracy Magalhães — Apoiando as judiciosas palavras de V. Ex.ª, declaro que a Bahia viu com o maior interesse a rápida tramitação desse projeto no Senado. Quanto à oportunidade e à necessidade imperiosa do desenvolvimento econômico do Estado, já estão fixadas nas razões apresentadas pelo ilustre autor da proposição, Deputado Vasco Filho e pelos eminentes relatores na Câmara dos Deputados, bem como o brilhante relatório de V. Ex.ª, nesta Casa.

O SR. NEVES DA ROCHA — Obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Juracy Magalhães — Na Comissão de Finanças, tive oportunidade de dar parecer também favorável a esse empreendimento. Quanto à necessidade da construção desse trecho de ferrovia de Porto de Campinho, que o vai ligar a todo o sistema ferroviário baiano, só me cabe lembrar aquele provérbio francês "Chassez le naturel; il viendra au galop". Realmente, o porto, na Bahia de Marau é de uma força econômica tão gritante, tão imperiosa, que é estranhável tenha demorado tanto tempo para que se tomasse a iniciativa da execução desse anelo dos balanços, que diz tão de perto com a grandeza econômica do País. Felicito V. Ex.ª pela iniciativa de apoiar esse projeto com o brilho de sua inteligência e o vigor de seu patriotismo. Quero declarar a V. Ex.ª que a Bahia está unânime no seu pronunciamento; todos os nossos amigos e todo o povo da nossa terra acompanha, com o maior entusiasmo, a votação desse projeto.

O SR. NEVES DA ROCHA — Muito obrigado a V. Ex.ª pelo aparte com que enriqueceu as palavras que venho proferindo em torno da aprovação de tão importante projeto.

V. Ex.ª se referiu à construção do Porto de Campinho na Bahia de Marau; e no particular devemos acentuar, neste momento, que a Bahia está de parabéns, pois, em ses-

são anterior a esta, o Senado teve oportunidade de aprovar, também unanimemente, a construção da primeira etapa daquele porto, na magnífica baía de Marau.

O Sr. Juracy Magalhães — Foi também, relator daquele projeto; este, é um complemento do outro.

O SR. NEVES DA ROCHA — Exatamente.

O Sr. Juracy Magalhães — Se há ordem de prioridade, não sei como estabelecer a relevância de um ou outro projeto. Os dois se completam, são essenciais ao desenvolvimento econômico da Bahia e do Brasil.

O SR. NEVES DA ROCHA — Perfeitamente. Já o disse — e repito neste ensejo que será o escoadouro natural de imensa área do território nacional, inclusive da região em que será localizada Brasília, a nova capital do país.

O Porto de Campinho, que será ligado a Contendas, no Estado da Bahia, e presumivelmente, logo em seguida a Rio Verde e, daí, a Marau, à margem esquerda do São Francisco. No Plano de Viação Nacional, já está prevista ligação de Manga à Formosa e, naturalmente, desta a Brasília. O escoamento, portanto, se dará de Brasília, do vale enorme e magnífico do rincão São Francisco e de regiões importantíssimas de Goiás e Minas Gerais.

Diz V. Ex.ª muito bem. O projeto, ora em discussão, é exatamente complemento daquele aprovado, por esta Casa, em sessão passada. Na oportunidade, tive ensejo de proferir palavras de entusiasmo secundadas pelo eminente colega Senador Coimbra Bueno, quando se referia à transcendental obra, da construção do porto de Campinho, que, fatalmente, em dias não muito remotos, figurará entre os principais portos do Brasil.

O Sr. Juracy Magalhães — Será o escoadouro de imensa área do território nacional.

O SR. NEVES DA ROCHA — Tudo isso se escoará através de Campinho que, por isso mesmo, pode ser considerado um porto internacional.

Não quero retardar, por mais tempo, a aprovação de tão relevante projeto, razão por que termino minhas considerações, declarando que lhe dou meu integral e absoluto apoio. Eram as palavras que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem. Palmas)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Banca Examinadora do Concurso de Assessor de Economia

*) REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1957

As 14 horas do dia 13 de setembro de 1957, na sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, reuniu-se a Banca Examinadora do concurso para Assessor Técnico do Quadro da Secretaria desta Casa do Poder Legislativo, setor de Economia, presentes os Srs. Senadores Alvaro Adolpho Presidente e Paulo Fernandes e o Diretor do Serviço Dr. Evandro Mendes Vianna.

A Ata da reunião anterior foi lida e aprovada sem observações.

Após minucioso exame dos trabalhos e títulos apresentados pelos di-

versos candidatos, a Banca Examinadora atribuiu-lhe os seguintes pontos:

A — Conjunto de títulos profissionais específicos, até 10 pontos.

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 15 pontos.

Anselmo Nogueira Macielra — 10 pontos.

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 15 pontos.

Alberto Almada Rodrigues — 10 pontos.

B — Conjunto de títulos profissionais de natureza Geral, até 10 pontos.

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 10 pontos.

Anselmo Nogueira Macielra — 10 pontos.

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 10 pontos.

Alberto Almada Rodrigues — 10 pontos.

C — Conjunto de títulos com probatórios do exercício de funções pertinentes à especialidade, até 30 pontos.

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 30 pontos.

Anselmo Nogueira Moreira — 10 pontos.

Alberto Almada Rodrigues — 10 pontos.

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 10 pontos.

D — Conjunto de Trabalhos Originais escritos e publicados pertinentes à especialidade, até 20 pontos.

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 20 pontos.

Anselmo Nogueira Macielra — 10 pontos.

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 20 pontos.

Alberto Almada Rodrigues — 10 pontos.

E — Trabalho especializado feito sob contrôle, até 25 pontos.

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 25 pontos.

Anselmo Nogueira Macielra — 10 pontos.

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 25 pontos.

Alberto Almada Rodrigues — 10 pontos.

Feita a soma dos pontos, o Sen. Presidente proclama a seguinte classificação:

1.º lugar

Thomaz Pompeu Accioly Borges — 100 pontos.

Anselmo Nogueira Macielra — 10 pontos.

2.º lugar

Dyrno Jurandyr Pires Ferreira — 85 pontos.

3.º lugar

Alberto Almada Rodrigues — 10 pontos.

O Sr. Presidente declara que oportunamente enviará à Comissão Di-tora o relatório da Banca Examinadora.

Por fim são encerrados os trabalhos, lavrando eu, Maria Cherub Costa, Oficial Legislativo classe Secretária, a presente ata que é aprovada, e assinada pelo Sr. Presidente e demais Membros.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1957. — Alvaro Adolpho, Presidente. — Paulo Fernandes — Evan Martins Vianna.

(Publica-se por ter saído com correções no D.C.N. de 4-10-1957)

dito que seus excelentes resultados diariamente são comprovados, através das intervenções de parlamentares na tribuna do Congresso Nacional sobretudo, nesta Casa, dada a maior atenção que o Senado dispensa à nossa política externa.

Sr. Presidente, no mundo de hoje conforme sustentou o Sr. Oswaldo Aranha, somente duas potências têm capacidade política, econômica, técnica e militar para desencadear uma guerra total, universal; os mais países podem, quando muito, provocar certos conflitos locais, que serão resolvidos por si mesmos.

Nas observações que pude fazer, conhecendo, como conheço, os Estados Unidos, e a União Soviética, cheguei a uma conclusão que é quase segredo de polichinelos, mas essa conclusão foi confirmada por um diplomata estrangeiro, meu velho amigo, e dos melhores observadores, que já conheci, da política internacional. Sustenta ele que, acompanhando de perto a Conferência do Desarmamento, que se realizou em Londres, e mantendo cordiais relações com os representantes americanos e soviéticos, chegara à conclusão de que naqueles pontos fundamentais havia unidade de vistas entre a representação soviética e a norte-americana, ambas estavam convencidas de que o progresso técnico, econômico e industrial, de um ou de outro, não tinha avanço tão grande que pudesse assegurar, a um deles, a supremacia em qualquer daqueles campos. Quem estivesse mais avançado, do ponto de vista industrial ou tecnológico, o estaria de apenas alguns centímetros à frente do outro. Desse equilíbrio entre as duas grandes potências é que nascia a idéia de um melhor entendimento a respeito dos problemas que ainda se separam. Se, entretanto, a Conferência do Desarmamento de Londres não obtivesse o êxito que dela se esperava, foi menos pelas divergências nas questões fundamentais do desarmamento, do que pela desconfiança política que existe entre ambas. Não houve ambiente internacional favorável a que as duas importantes nações chegassem a um resultado positivo.

Esta é a razão pela qual sustento que os que desejam realmente a paz, os que têm espírito pacífico, devem fazer quanto estiver ao seu alcance para ajudar essas potências a solucionar suas divergências. Uma das primeiras tarefas dos que têm interesse direto e pessoal, na manutenção da paz — pois a guerra total, com as armas nucleares, significará na opinião dos cientistas que estudam a energia atômica, o arrasamento do globo — é opor-se à propaganda caluniosa, tendenciosa, reciprocamente feita contra os Estados Unidos e União Soviética. Penso que toda a palavra e todo gesto de bom senso, de eliminação de divergências, de apelo à verdade, tem valor positivo e representa sincero trabalho pela paz.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Exa. um aparte? ...

O Sr. DOMINGOS VELASCO — Pois não.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Louvo e me rejubilo com V. Exa. por este discurso, porque, com efeito, por várias vezes ocupe a tribuna do Senado para advogar a causa nobre da paz e do entendimento entre as Nações. Verifico que esses frutos estão sendo colhidos, resultem eles embora do receio que os países têm entre si. Desejaria eu, não obstante, determinassem os valores morais a conduta dos povos. É de esperar entretanto, que uma melhor compreensão se estabeleça. Para isso se faz mister acabar com essa guerra chamada fria, de desconfiança, de injúrias, de estímulo à desconfiança, que, por consequente, não pode criar um clima benéfico entre os povos civilizados.

O Sr. DOMINGOS VELASCO — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, nos discursos que fui obrigado a fazer, na China e na União Soviética, agradecendo às inúmeras homenagens de que fomos alvo, o Senador Costa Paranhos e eu, nunca deixei de exaltar o povo americano, suas instituições e extraordinário progresso, seu amor à paz e à liberdade — coisa interessante, sempre muito bem recebido e aplaudido pelos ouvintes.

Indescrivível entusiasmo de mim se apossou quando, na inauguração do Festival da Juventude, em Moscou, vi as trezentas mil pessoas que lotavam o Estádio de Moscou aplaudir freneticamente a Bandeira dos Estados Unidos, ao entrar empunhada pela delegação norte-americana.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Isso não se sabe aqui nem se quer saber. Só se dão notícias desagradáveis, capazes de impressionar o povo e conduzi-lo por falsos e tortuosos caminhos que precisamos denunciar de uma vez por todas.

O Sr. DOMINGOS VELASCO — V. Exa. tem tida a razão. Talvez isso não seja dito fora; mas a mim mesmo me impus o dever de falar a verdade em tudo quanto interessar à paz entre os povos, sobretudo, o que estiver ao meu alcance, para combater a campanha caluniosa feita reciprocamente pelos partidários da União Soviética ou da América do Norte.

Sr. Presidente, os que viram aquele espetáculo em Moscou não de estar convencidos de que u'a multidão de trezentas mil pessoas não aplaudiria freneticamente os Estados Unidos se antipatisasse com o seu povo. Essa manifestação não se forja, foi espontânea.

Aliás, é dever de justiça eu afirmar que, quando ouvia falar na campanha da paz, muitas vezes desconfie do seu sentido político. Surpreendi-me verificar que esse Movimento apresenta muito maior intensidade dentro da China e da União Soviética.

A infância e a juventude, na União Soviética e China, são educadas no amor à paz e na amizade entre todos os povos. Nos sindicatos, fábricas, colônias de férias, escolas e jardins da infância, a pregação da concordia universal é um fato. Não compreendo, assim, por que se atribuem a esses povos intuídos belicistas. Se a Rússia e a República Popular da China desejassem levar seus filhos à guerra, a primeira tarefa que lhes cabia seria preparar o espírito do povo para o conflito.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Educá-lo psicologicamente para a guerra.

O Sr. Pedro Ludovico — Como fez Hitler com os alemães.

O Sr. DOMINGOS VELASCO — Sr. Presidente, não tenhamos ilusões sobre o valor da propaganda. Baseada na mentira, produz efeitos muito efêmeros; alicerçada na verdade infiltra-se na consciência de todos os povos. Na Ásia — e o podem atestar todos os parlamentares que já estiveram — a propaganda soviética adquire, cada dia, maior campo de ação, porque é dirigida no sentido do interesse econômico daqueles povos e das suas aspirações. No Índia, a propaganda soviética fala na não violência, na coexistência pacífica, no desejo de melhorar as condições de vida, enfim, em tudo aquilo que os líderes daquela Nação e o seu povo estão habituados a ouvir desde a luta formidável de Mahatma Gandhi.

Nos povos que adquiriram recentemente a independência, mas onde existe profundo sentimento anticolonialista, a linguagem da União Soviética é precisamente no sentido dessas aspirações de independência

e econômica e das necessidades desses países.

A propaganda ocidental é feita noutra sentido, e devo dizer que não senti, nos países asiáticos que visitei, e nos quais tive contacto com elementos de representação dos Governos, animadversão dos povos asiáticos contra os Estados Unidos que nunca foi potência colonizadora; todo seu ressentimento é contra as grandes potências colonizadoras européias. Frequentemente, ouvem-se mesmo palavras de amizade aos Estados Unidos até entre os representantes mais exaltados do nacionalismo daquelas nações. O que prejudica os Estados Unidos, na Ásia, é a questão da Ilha de Formosa, a manutenção do Governo de Chiang-Kai-Chek.

Sr. Presidente, há cerca de dois anos, reuniram-se em Bandoeng, na Indonésia, vinte e nove países afro-asiáticos e ali se estabeleceram alguns princípios que constituem a diretriz da política internacional daqueles povos. Sejam árabes, malaio, chineses ou hindus, todos seguem a mesma orientação na política internacional, o que se pode verificar nas Conferências Internacionais, onde todos condenam a intervenção dos Estados Unidos na política interna da China, sustentando, à custa do seu grande poderio militar, o General Chiang-Kai-Chek, na Ilha de Formosa. Isso é incompreensível para os povos asiáticos, como para todos os povos do mundo, porque não há pilhéria internacional maior do que pensar que Chiang-Kai-Chek representa o povo chinês ou que a República Popular da China, com cerca de oito anos de vigência, com governo estabelecido, tendo população de seiscentos milhões de habitantes e possuindo indústria que está dando passos gigantescos, não representa a velha China. É pilhéria de mau gosto, que lança contra os Estados Unidos a opinião pública de todos os países afro-asiáticos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A teimosia chega a parecer obsessão política.

O Sr. DOMINGOS VELASCO — Ouvimos aqui no Senado, o discurso pronunciado pelo Senador Juracy Magalhães, indicando a política a ser seguida pelo Brasil em face da questão da Ilha de Formosa. Afirmei, também desta tribuna, que estava — e ainda estou — de pleno acordo com as palavras de S. Exa. e, sobretudo, com a segura orientação que traçou. O papel da política brasileira tem de ser o de moderador; tem de ser o de amigo e não o de servo. Se é verdadeira tolice pregar no Brasil política de animosidade contra os Estados Unidos, não havendo homem público de responsabilidade, neste País, que possa ou queira fazer essa pregação, não menos verdade é que não nos devemos atrelar ao carro daquela nação norte-americana, porque assim estaremos fazendo política de guerra e não de paz. Tal política interessará seja a quem for, menos ao povo brasileiro. A função de nossa política internacional é externar aos nossos amigos, lealmente, nosso ponto de vista, ainda que devamos dar-lhes solidariedade nos momentos decisivos. É preciso que ajamos como povo, país e estado independente e não com aquele aulicismo que tem caracterizado, em muitas oportunidades, a orientação política do Itamarati no Exterior.

Sr. Presidente, o mundo, para nós do Ocidente, está dividido; de um lado estamos nós, dentro de um paraíso, dotados das melhores instituições políticas, com progresso cultural e industrial de superioridade indiscutível sobre o outro lado. Enfim, vivemos num céu na terra.

Do lado de lá está o inferno, onde o trabalhador é escravo, onde não há liberdade onde se passa fome, e há todas as penas do inferno.

Sr. Presidente, do lado de lá não há o paraíso que os escritores comunistas costumam pintar. A União Soviética não é um eden, mas evidentemente não é o inferno descrito, narrado pelos escritores anti-soviéticos.

Tudo quanto depende do sistema de produção socialista, acredito que a União Soviética resolveu ou está em vias de resolver. Os problemas que mais angustiam o homem do Ocidente já não existem na U.R.S.S. ou tendem a desaparecer. A preocupação constante que temos dentro do sistema capitalista, de ganhar dinheiro, de economizar, pensando na doença, na própria morte e no que acontecerá à mulher e filhos, essa preocupação de ordem econômica, evidentemente não há naquele país. O homem é angustiado por outros problemas, não por esse, resultante do sistema capitalista de produção.

Sr. Presidente, o outro mundo abrange dois terços do território e, consequentemente, da população do globo. Somos um terço e quanto ao progresso industrial técnico e econômico, observamos que um não está mais avançado que outro.

O conceito de felicidade que temos no Ocidente não é o mesmo na Ásia e na África.

Não sei qual o melhor. O fato é que os povos asiáticos têm noção de liberdade e de felicidade milenarmente conhecida. Julgam-se muito mais venturosos do que nós; não invejam a felicidade e o progresso dos ocidentais. Sentimos nos países sub-desenvolvidos da Ásia que as aspirações e as reivindicações se assemelham às dos povos da América Latina. É muito mais fácil a um brasileiro, entender-se, em política internacional, com o natural do Célão, da Indonésia ou da Birmânia do que com o inglês, francês, enfim, com o europeu. Há mais afinidade entre os povos sub-desenvolvidos da Ásia ou da África e os da América Latina, do que entre nós e as potências européias; afinidade de aspirações de interesse.

Sr. Presidente, faço essas considerações de maneira geral, sem descer a pormenores, porque desejo, com o tempo, fornecer ao Senado informações minuciosas sobre as observações que fiz na Ásia, na minha última viagem. Quis apenas dar um grito de alerta, dizendo ao povo brasileiro que não acredite nas informações tendenciosas que procuram atrair a União Soviética contra os Estados Unidos ou vice-versa, seja através da propaganda interessada dos pró-soviéticos, seja da interessada dos pró-americanos. O que convém ao Brasil, ao povo brasileiro, é precisamente uma política de paz, de ajuda aos seus amigos da América do Norte, no sentido de que solucionem, pacificamente, as divergências com a União Soviética. O interesse é tanto dos americanos quanto dos soviéticos; mas, principalmente, também é de nosso interesse que o mundo viva tranquilamente, em paz, cultivando-se a amizade que deve haver entre todos os povos.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu desejava dizer à Casa. (Muito bem; muito bem. Palmas).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR NEVES DA ROCHA, NA SESSÃO DE 7 DE OUTUBRO DE 1957, QUE SE RE-PUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

O Sr. NEVES DA ROCHA:

Sr. Presidente, o projeto ora em discussão prevê a inclusão, durante quatro exercícios consecutivos, no Orçamento Geral da União, da importância de Cr\$ 80.000.000,00, destinada à ligação ferroviária do Porto de

PROJETO DE LEI DA CÂMARA **N.º 168, DE 1957**

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 139.516,60 para atender ao pagamento devido ao Ministro aposentado Antônio Pereira Braga.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 139.516,60 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e dezesseis cruzeiros e sessenta centavos) para atender ao pagamento devido ao Ministro Antônio Pereira Braga, aposentado do Tribunal de Segurança Nacional, no período de 1 de fevereiro de 1951 até 11 de março de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento número 502, de 1957, lido na hora do expediente, de autoria do Sr. Cunha Mello e outros Srs. Senadores, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 210, de 1957.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

A matéria entrará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária que se seguir a presente.

Lembro aos nobres Senhores Senadores que, hoje, às 21 horas, haverá sessão conjunta do Congresso Nacional para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei que dispensa do recolhimento dos Depósitos Compulsórios, Depósitos de Garantia e Certificado do Equipamento os contribuintes que tenham processos de lançamento pendentes de decisão.

Esgotada a matéria da Ordem do dia vem a palavra o nobre Senador Mourão Vieira, primeiro orador inscrito para esta oportunidade. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, segundo orador inscrito.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Othon Mader, terceiro orador inscrito.

O SR. OTHON MADER: 160

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, no doloroso caso do Estado do Paraná — em que assistimos às maiores atrocidades, praticadas por companhias colonizadoras, apoiadas pela Polícia e pelo Governador Moysés Lupion, contra a pobre e indefesa população do Sudoeste paranaense — tivemos oportunidade de observar quão útil é a ação da Imprensa, neste País.

Assim que ecoaram, na Capital Federal, as notícias das barbaridades cometidas, os grandes jornais e revistas brasileiras mandaram seus representantes àquela região, com a missão de sindicarem e enviarem pormenores das ocorrências ali verificadas. Através da Imprensa recebemos informações minuciosas e completas; e a opinião pública do Brasil ficou absolutamente convicta de que se trata na realidade, de uma luta de interesses.

As companhias colonizadoras desejam, a todo transe, apossar-se de terras que não lhes pertencem; para isso, expulsam e amedrontam os brasileiros que se estabeleceram na região com o intuito pacífico de conquistarem propriedades e prepararem o futuro da família.

Nessas reportagens destacaram-se alguns correspondentes, que mais uma vez devem ser louvados. Sabemos os perigos e dificuldades por eles enfrentados para atingirem o local, a fim de mandarem notícias autênticas do que houve naquela zona.

A Última Hora, através do repórter Nelson Gato e do fotógrafo Ruy Costa, pôde prestar à população brasileira esclarecimentos de alta valia, através das colunas daquele periódico.

O Correio da Manhã, com os artigos de José César Borba e fotografias de Milton Santos, prestou-nos realmente, grande serviço, oferecendo-nos, talvez, a mais completa reportagem naquela região.

A Tribuna da Imprensa, por intermédio de seu representante Calazans Fernandes, colheu, por sua vez, informações minuciosas, contando ao povo brasileiro o que ali se passava.

O Cruzeiro, com a reportagem fotográfica de Mário de Moraes, contribuiu principalmente para elucidar a opinião pública.

Todos esses esclarecimentos, Senhor Presidente, redundaram na comprovação daquilo que vimos afirmando há muito tempo, nesta Casa e através da Imprensa, isto é, que aquela Companhia, amparada pela Polícia paranaense — esta sob o comando do Governador do Estado — procuram, por todos os meios, afastar os colonos brasileiros que ali se fixaram na melhor das intenções, para apossar-se da rica região.

As exuberantes provas trazidas pela Imprensa serviram para firmar, na opinião pública nacional, a convicção de que, na realidade, o principal responsável por tudo que ocorreu no Paraná, pelo sangue derramado e os sofrimentos causados aos seus conterrâneos é, sem dúvida, o Sr. Moysés Lupion, Governador do Estado.

De tal forma ficou essa responsabilidade gravada na memória dos brasileiros que não há quem possa apagar-se. Por mais aquele governante, através da Imprensa e dos seus advogados, intenta desmanchar esta imprensa, jamais o conseguirá, porque, na realidade, é ele o responsável, o culpado principal de todo o sofrimento por que vem passando uma pobre e indefesa população.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, a coleção de reportagens feitas na região pelo correspondente do Correio da Manhã, Sr. José César Borba. Passo a lê-las para que figurem nos Anais do Senado, visto constituírem elemento informativo de primeira ordem. Quando houver necessidade de se revolver o caso das terras da CITLA no Sudoeste do Paraná, os Anais da Casa conterão subsídios brilhantes, esclarecedores para verificação da verdade. São as seguintes:

GOVERNO IMOBILIÁRIO MANCHA DE SANGUE A TERRA DO PARANÁ

Introdução a uma viagem ao drama do Sudoeste paranaense — Na região fértil a controvérsia violenta — Os argentinos povoam com os colonos brasileiros o outro lado da fronteira — A prosperidade, a cupidez e a morte — Posse ilegítima num processo que depende, em primeiro lugar, do plano federal

(Do nosso enviado especial José Cesar Borba).

Na véspera de partir para Curitiba, daí demandar a Foz de Iguaçu, atravessar a fronteira com a Argentina e, através do território vizinho, alcançar Santo Antônio, no Brasil, e trilhar a estrada que leva a Capanema, no sudoeste do Paraná, onde se deram os choques e emboscadas entre colonos e corretores de terras contestadas — o chefe de Polícia paranaense, Ss. Pinheiro Júnior, me disse

aqui no Rio, que, do ponto de vista jornalístico, o mais interessante já fora superado para registro e flagrant; a região estava, de novo, pacificada, depois da carnificina dos meados de setembro.

Não encontrei a zona conflagrada em pé de guerra. Mas tampouco foi extinta a conflagração. Persiste no ânimo dos colonos nada tranquilos, resignados e confiantes. Ao contrário: revoltados e ressentidos, reagem a simples expectativa do que as companhias possam voltar a ameaçá-los e às suas famílias. Em Santo Antônio, Foz do Iguaçu, na estrada para Capanema, no trajeto da região argentina, como, também, na própria capital do Paraná, depoimentos, impressões e notícias confirmam pessimismo, terror e incerteza. Não são episódios de vingança; é um processo que terá seguimento fatal se não forem definidos e esclarecidos os seus fatores. Políticos no gozo do mando propiciam situações que levam a se associarem, no clima de conturbação estabelecido, aventureiros e bandidos, advençoados e desocupados. De maneira cúvida e cruel, exploram a questão das terras devolutas no sudoeste paranaense. Na controvérsia, violenta, a única coisa certa é que as terras de fronteira pertencem à União e não podem ser negociadas, a prestação e sob pressão, por companhias colonizadoras.

Os colonos sabem quem é o dono das terras; de quase todos escutei que estão dispostos a pagar a propriedade dos alqueires que cultivam, mas pagá-los a quem de direito: à União.

Mas onde está a União? Neste momento e para esta emergência dramática, deve estar num escritório eleitoral qualquer do PSD, preocupado em compor o pagamento das divisas políticas e de solidariedade partitica contradiadas durante a campanha presidencial do Sr. Juscelino Kubitschek.

CITLO É O ÓDIO

Muitas são as companhias, que vendem terras, umas dez, me disseram. Mas todas parecem subsidiárias de uma única: a CITLA, Clevelândia Industrial, Territorial e Agrícola, fundada pelo Sr. Moysés Lupion, quando foi governador do Paraná pela primeira vez. Alegam os partidários do Sr. Lupion que ele vendeu a sua parte e não tem mais nada a ver com a CITLA. Mas, por outro lado, as letras da CITLA continuam a ser descontadas no Banco do Estado do Paraná, dizem, com aval do Sr. Lupion que, assim, retirou seu nome da sociedade, a qual, porém, continua a lhe pertencer em razão dos vínculos de dependência financeira que reunem ao governador os que o sucederam na direção da empresa.

CITLA é um nome que desperta ódio e resume simbolicamente, o motivo dos conflitos entre colonos e agentes de empresas colonizadoras. Dizendo-se CITLA, o mais está entendido na região, onde os funerais são simples como a rotina.

Mas esta é apenas a primeira de uma série de observações. Estas são as primeiras impressões gerais de um drama e seus instrumentos.

Começamos pelo começo: em Curitiba, na última sexta-feira, 27 de setembro, não se tinha notícia de novos conflitos nas terras contestadas da fronteira. Mas eles aconteciam. A região é ingrata e as comunicações chegam retardadas. Soube, assim mesmo, que os posseiros continuavam

intranquilos e concentrados nas margens do rio Capanema, admitindo eles que, dessa maneira, se encontrariam fora do alcance dos "jagunços". Os corretores de terrenos, assim apelidados, compeli-dos a deixar as sedes dos municípios de Santo Antônio e Capanema, se teriam refugiado no mato, prontos para qualquer revide. As margens do rio oferecem aos colonos maior segurança para a ofensiva e a defensiva, do que a estrada de rodagem, um caminho precário ladeado de árvores enormes, de gigantescos troncos de peroba, propícios a ocultar assaltantes.

AÇÃO ILEGÍTIMA

As companhias colonizadoras agem ilícitamente na região vendendo terras sobre as quais não possuem direito de propriedade. Gente simples, os posseiros ficam na dúvida de a quem comprar as terras sem atrair dinheiro fora. Pois a verdade é que as companhias cobram caro, exorbitantemente caro, 80 mil cruzeiros por uma "colônia, isto é, dez alqueires, sem dar aos compradores títulos de propriedade. A única pessoa que me contestou a não entrega dos títulos, foi o médico de Santo Antônio, dr. Flávio Cini, médico das companhias colonizadoras inclusive. Segundo ele, as terras são vendidas mediante escritura lavrada em cartório de registro de imóveis, o que, evidentemente, entra em contradição com o fundo do problema: são terras contestadas... Se escrituras são passadas, elas poderão ser anuladas tão pronto o Senado Federal e o Supremo Tribunal decidirem da anulação.

LITÍGIO EM ZONA FÉRTIL

Um velho conhecedor dessa demanda sangrenta no sudoeste paranaense, me informou: — O governo estadual não cria embaraço algum à CITLA, enquanto a questão se prolonga no Judiciário e no Legislativo federais. As companhias gaúchas que compraram terras da CITLA, para se garantirem contra qualquer eventualidade, forçam os posseiros a pagar as terras, mediante grupos armados que os amedrontam. Os posseiros coagidos, passado algum tempo, resolveram reagir às ameaças e à exploração econômica. Depois de praticadas as violências, se reuniram para defender-se e daí os conflitos.

Como os posseiros sabem que o Estado do Paraná não lhes garante a vida, migram para a Argentina, em seguida aos entrecuques, em busca de refúgio, trabalho e garantias físicas.

São terras adquiridas pelas companhias, segundo a expressão local, de "espólio da União", por 8 milhões de cruzeiros, que valem hoje, pelo menos, 500 milhões, fora a riqueza incalculável em florestas de pinheiros.

É uma das zonas mais férteis do Paraná, a mesma que já causou litígio entre o Brasil e a Argentina, tendo o árbitro norte-americano, o presidente Cleveland, decidido a favor do Brasil, sendo o Barão do Rio Branco ministro das Relações Exteriores.

O TRIGO E A TRUGUENCIA A importância da regulação para o Paraná, decorre, ainda, do fato de ser ela intensamente procurada pelos colonos italo-brasileiros, oriundos das antigas colônias agrícolas do Rio Grande do Sul, onde são tradicionais plantadores de trigo.

Se não fossem os conflitos da CITLA, a região floresceria com o mesmo esplendor que a região

Norte do Paraná, contribuindo o trabalho dos colonos para atenuar a crise atual de produção no país.

Ao invés, é uma região miserável e primitiva, dentro da soberania da natureza. As sedes municipais são pouco mais que rústicos povoados, que se estão despovoando com o êxodo das colônias para o território argentino. Do outro lado da fronteira são acolhidos, assistidos nas necessidades e aproveitados ao cultivo da terra para fazer prosperar a agricultura em chão ainda mais desgarrado da presença humana do que o lado brasileiro. Não existem cidades, ou mesmo povoados; perdidos na beira da estrada, vagamente, barracões toscos e casébreos de palha e madeira, separados por dezenas de quilômetros uns dos outros, dezenas de quilômetros entre a mata e os arroios na terra vigorosa e úmida, convite ao homem ausente ou distante em alguma parte urbana e comercial na Província de Misiones.

O EXERCITO — A ÚLTIMA ESPERANÇA DOS COLONOS

Ao encerrar este capítulo de introdução, e volver ao sudoeste paranaense, é fácil transmitir a sensação dos colonos: considerando a Força Pública do Paraná um prolongamento de Lupion, e, em consequência da CITLA, desconfiando do governo federal, porque é chefiado por um correligionário de Lupion, defensor dos interesses do P.S.D., além de outras afinidades, a única esperança dos posseiros é a presença do Exército, para garantir-lhes o trabalho, a vida, e o respeito às suas famílias.

Consta que o deputado estadual do Paraná Antonio Abineli, petebista, esteve recentemente em conferência com o ministro da Guerra, tendo o gen. Lott, depois de demonstrar o seu conhecimento do assunto, declarado que a questão seria resolvida em resguardo dos colonos contra a exploração ilegal e impatriótica da CITLA.

É provável que isto seja verdade e revele uma intenção. A luta no sudoeste paranaense interessa de perto à segurança nacional, e não só apenas, pela situação de fronteira. É um problema grave entre muitos que não se limitam a ser um trrama de estrutura social agrária, concorrendo para os fatos a prática de governos imobiliários que sujam a terra de sangue.

NA CAMARA DOS VEREADORES

Ontem, na Câmara Municipal, o Vereador Gladstone Chaves de Melo protestou contra espoliações que vêm sofrendo vários posseiros pacíficos do Paraná, por parte de uma companhia imobiliária ligada ao governador daquele Estado.

O Sr. Osmar Rezende, em aparte, hipotecou solidariedade aos posseiros paranaenses, declarando que como "soldado raso" do PSD seria o primeiro a exigir a expulsão do Sr. Moisés Lupion das fileiras do PSD, caso se confirme que o governador do Paraná está realmente ligado à referida companhia imobiliária.

RELATÓRIO DAS VITIMAS NO PARANÁ

O coletor e o médico, as companhias e o I.N.I.C. — Um colono pode fingir de morto, porque não lhe saqueiam os

bolsos — A vida irrompe na mata, de onde avançaram os da I.C.A.

Do nosso enviado especial José César Estiba.

Fotografias de Milton dos Santos.

(Manhã 4-10-57):

Santo Antônio, no outro lado da fronteira, vindo o caminho pelo território argentino e reconhecido o solo do Paraná — começa por lembrar um cenário de "far-west" norte-americano, que o cinema, desde os primeiros filmes, vem mostrando ao mundo há mais de meio século.

As ruas sem calçamento violentizam o chão vermelho a passagem dos cavalos dos caminhões e dos pedestres. As casas são de madeira, caixotes residenciais superpostos. Assim é o Hotel São Jorge, na fronteira, pouso dos caminhantes recobertos de poeira e também a habitação do dr. Flávio Cini, pouco adiante em Planchita, uma das melhores da localidade, pelo número de cômodos e pelo gosto da decoração. Não falam sequer, para sugerir a semelhança, os cavaleiros que disputam corridas na sede do Município, experimentando a excelência dos animais. Dois deles, quando se apresentavam a competição, pediram ao coletor estadual que repassasse da estrada o seu Chevrolet, deixando o campo livre para a cavallhada.

Explicou-nos o coletor.

Correm assim, maltratando os animais, para ganhar cento e cinquenta cruzeiros. O dinheiro é entregue ao dono do cavalo mais veloz. O outro, geralmente, não se recusa a pagar, mas, tampouco, se convence da limpeza da vitória do adversário. Das discussões surgem as lutas corporais e, de vez em quando, alguém é assassinado a tiro depois de correr e ganhar o páreo.

O COLETOR

O coletor está dobrando e quadruplicando a sua renda pessoal, como proprietário de um automóvel na região de repente assediada pelos que querem ver, observar e informar-se no local e nas circunstâncias da conflagração entre posseiros e companhias de terras.

Cobrou-nos mil e quinhentos cruzeiros para ir até o quilômetro 17 da estrada que leva a Capanema. O tenente do destacamento da Força Pública em Santo Antônio não achou caro.

O jeep do prefeito saiu hoje de manhã. Os caminhões não querem ir para lá. Andar de caminhonete é perigoso: confundem-se facilmente com as viaturas das companhias. E também não há caminhonetes, agora, em Santo Antônio. O jeep é aguentar a face nos peitos e pagar o que pedem. Há pouca condução no momento.

O coletor deixa-nos em Planchita, dois quilômetros adiante, na casa do médico, que está na hora de ir fazer curativo nos feridos recolhidos ao hospital. O doutor, como adiantamos na primeira destas reportagens, é um entusiasta do trabalho das companhias colonizadoras, achando que a presença das imobiliárias significará progresso seguro para Santo Antônio.

O MÉDICO E O HOSPITAL

O hospital, como o restante das edificações, é de madeira, provido de instrumentos cirúrgicos e medicamentos. Um dos feridos, Wilmar Pereira de Melo, foi alvejado no braço, no dia 6 de setembro, na costa da Lageado

Grande, perto do povoado do mesmo nome, na gleba de terras da Apucarana, de que é empregado. Viajava em companhias do gerente da empresa, Arlindo Silva, que foi morto.

O ataque se deu depois do meio-dia, de tocaia armada, na versão do dr. Cini, por "um grupo de posseiros, grileiros e intrusos". O médico fala pela paciente ameaçada de não recuperar os movimentos do braço direito. Wilmar confirma, apenas, que trabalhava para a Apucarana.

Por causa deste homem ferido, vivi ameaçado de um assalto ao hospital. Falam, inclusive em atear fogo ao imóvel, depois de sequestrarem Wilmar. Dura de revolver em punho...

O outro ferido, Ardomiro Cavali, foi um dos que haviam pedido "carona" a caminhonete da Apucarana, na tarde de 14 de setembro, atacada no quilômetro 17 da estrada que liga Santo Antônio a Capanema. É um colono, sem ligações com as empresas de terras. Conserva os estilhaços recebidos, na cabeça, nos braços e nas pernas.

Os atacantes, segundo ele, carregavam as armas de munição diversa: pedaços de vidro, espigas de rolamentos de automóveis, pregos e, naturalmente, balas de chumbo, também, especificamente. Dos quatorze passageiros, sete foram mortos, dois saíram feridos, uma mulher nada sofreu e os quatro restantes continuam desaparecidos.

COLONO PODE FINGIR DE MORTO

Só se ouviam gemidos. Ninguém teve tempo para gritar. As vítimas foram morres a toros, a facadas e a pauladas. Os mortos foram revistados e saqueados. A caminhonete foi completamente depredada. A bagagem e mercadorias foram roubadas.

Escapeli com vida, explica Ardomiro, porque fingi de morto, escondendo-me entre dois cadáveres. Mesmo assim tive medo quando vi que se chegavam para junto de mim querendo me empurrar e remexer nos meus bolsos.

Deu certo em fingir de morto, porque na hora de me revistarem, um dos homens segurou o braço do outro e disse: — Deixe esse aí: é um colono e não trás nada de valor.

Segundo o dr. Flávio Cini, a mulher que escapou ileso do atentado, contou, mais tarde, a seguinte história:

Quando ouvi os tiros corri para o mato. Tremi dos pés à cabeça, porque o maior se mexeu com o empurrão que dei e eles logo desconfiaram, dizendo: — Tem gente no mato, manda chumbo...

É mulher, não atreva-se, pedi por misericórdia. Quando levantei a cabeça, vi diante de mim uma pessoa minha conhecida, Antônio Almeida.

Se tiver amor à vida, volte direito para Rio Claro, aconselhou Antônio. Nós só respeitamos, daqui por diante, ônibus e jeep de chapa branca, lá saindo quando deixou de gemer.

Não me mate que estou ferido. Seguiu um tiro e a pessoa deixou de viver.

FOZ DO IGUAÇU NA FRONTEIRA DOS CONFLITOS

Cobiça, contrabando e contemplação — Terras da União, terras de ninguém — Os hotéis e as cataratas — Conclusão de viagem onde não há lugar para o turismo.

Correio da Manhã 6-10-57. Reportagem de José Borba e foto de Milton dos Santos.

Quando chegamos à fronteira em Santo Antônio, não havia jipe. O que ficara nos esperando na Argentina: a nossa disposição por dois mil pesos, fora ocupado por estranhos com o mesmo destino: Porto Iguaçu. O motorista, esperto ou ludibriado, talvez as duas coisas em oportuna associação, transportando pessoas diversas, cuidou de duplicar a rentabilidade da viagem.

Logo, o coletor estadual emboisado os mil e quinhentos cruzeiros da corrida ao quilômetro 17, achou razoável substituir o jipe, alto, cobrando seis mil cruzeiros sob pretexto de distância e estrada ruim.

Os seis ficaram em três mil num terço do caminho, o que lhe aumentou o lucro estimado, poupando-lhe, ainda, gasolina e pneumático. O argentino, em tornaviagem empoeirada, sustentou diálogo bilingue sobre o conceito da má fé, no cabo do que, menos convencido do que pilhado em flagrante, revirou o jeep e carregou-nos em silêncio.

Um dia e meio depois, exatamente, estávamos a atravessar o rio de canoa, no sentido inverso a fronteira argentina. A luz da tarde minguinte refletia-se nas águas e na floresta das duas margens que enfeixam a paisagem fluvial próxima, fundindo-se nos declives da terra e nas do chão recoberto e corrente pastosa.

A margem brasileira do Iguaçu é solo barrento.

O pósto da Alfândega confundiu-se facilmente com uma peixaria. O ônibus tardou a chegar e a sair uma condução eventual dirigiu-se, para nós, ao Hotel Cassino.

Hotel e Cataratas

Teremos todos escutado falar da opulenta beleza das cataratas. Os argentinos construíram uma torre para, de posição competitiva com a postura da natureza, defrontar as montanhas cascateantes que se projetam da selva, rendilhando-a de espumas.

O hotel da margem argentina, que se tem mencionado no Brasil como empreendimento de gosto no arranjo do turismo, é confortável e simples; usufrui a placidez e organiza-se para a contemplação.

Noosso, do Ministério da Agricultura, na outra margem, está a cavaleiro das cataratas. Tem mais requinte e volume na imagem arquitetônica. Pronto e acabado, aguarda mobília para a inauguração em dezembro.

Espiando-o, ao longe, pode-se conjecturar-se os turistas chegando a esse hotel de luxo sujos e sacudidos, como as outras pessoas que transitam em Foz de Iguaçu.

Responderam-me que não: há estrada pavimentada que conduz ao imóvel isolado na região. Será a única, possivelmente; a melhor, de certo, entre as poucas, se houver mais de uma.

Hotel e Major

O outro hotel, o Cassino, pertence ao Estado do Paraná. Seu concessionário, o major reformado da Força Pública de São Paulo, José Arcelino de Castro, é sócio do governador Moisés Lupion na Serraria. Porto Moledo.

Estabelecimento de fronteira, mais que hospedaria, pouco estí-

mável para o maior são os recém-chegados. Em princípio, em qualquer dia da semana, do mês e do ano, não há comodos livres; vazios estão quase todos, mas reservados para o dia seguinte, ou para aquela mesma noite.

O chão batido, de cor vermelha, das artérias da Foz de Iguaçu, não recebeu revestimento para subir ao Hotel Cassino, sobre descalço.

Reduto do passadismo lupionista, os chefes políticos de Foz de Iguaçu estão incomodados com os conflitos entre posseiros e finobiliários no sudoeste do Paraná.

Fora do Estado, tem-se feito tanta confusão sobre o local exato dos ataques, que Foz de Iguaçu, município tranquilo, acabou entrando no rol das regiões conflagradas. É péssimo para a reputação da nossa cidade; afugenta o progresso...

Progresso...

Banhada por dois rios, o Iguaçu e o Paraná, a cinco quilômetros acima da foz, a cidade é abastecida de água pela sucção de poços artesianos; não possui encanamentos. Os serviços sanitários detiveram-se no sistema de fossas e a eletricidade é precária, sujeita à duração das estiagens e às disponibilidades do Parque Nacional de Iguaçu, que a fornece.

Nas ruas centrais, sombrias e poeirentas, foram mortas trinta e seis pessoas, nos trinta dias do último setembro; estatística que não as desmerece, mas também, se agiganta às cifras dos homicídios nos meses precedentes.

Mata-se em Foz de Iguaçu por questão de terras? Mata-se por tudo e, sobretudo, por causa do contrabando, não o apreendido mas o negociado.

Citla e Brasília

A questão de terras, das terras violentas da CITLA, projeta-se fatalmente na região, e na sede municipal. Onde também existem colonos e grileiros. E de outras terras, ainda, as questões e as suposições alcançam o espírito e o ressentimento dos interlocutores em Foz de Iguaçu. As terras de Brasília, por exemplo. Municipalistas, antes de serem passadistas e, estritamente, passadistas estaduais, a construção da nova capital se apresenta aos homens do interior do Paraná, como, aliás, aos de todo o País, menos Minas Gerais através das consequências da supressão e da redução drástica do pagamento da quota-parte constitucional da receita do imposto sobre a renda para o reforço dos frágeis orçamentos administrativos das comunidades necessitadas.

Conclusão de Viagem

Depois de uma noite mal dormida em Foz de Iguaçu, e do despertar na neblina seca na manhã, o itinerário aéreo do retorno. Conclusão de viagem onde não há lugar para o turismo; a natureza insere-se, palpitante, em selvas e pedras, na efervescência dos seus donos; forma conjunto deslumbrante acima da sociedade humana, que peleja no primarismo da colúbia e de desespera na caçada da sobrevivência entre atalhos de ódio. A quebra do equilíbrio social enquadra o drama do sudoeste do Paraná, de terras que se quer capitalizar pela violência e de miséria que

transforma colonos laboriosos, porém desamparados em súbitos guerrilheiros da fome, premiados pela injustiça. Terras que, constituindo patrimônio da União, parecem de ninguém, rateadas pela política para o enriquecimento imoderado de uns tantos, seus moradores, até à dissolução a custa da opressão imposta aos da derradeira perspectiva de ordem.

ENCONTRO COM OS COLONOS NA ARGENTINA

Gente que se explica, mais do que se queixa. — Duas civilizações afastadas do litoral se chocam no drama do Sudoeste paranaense: os descendentes dos imigrantes e os nordestinos emigrados das secas. — Santino e sua morada. — Três Hermanas e uma família em pânico.

Que tipo de gente são os colonos do sudoeste do Paraná, celebrizados, recentemente, pela contenda de terras entre posseiros e companhias colonizadoras? Gente branca, loura, alfabetizada, de sobrenome alemães e italianos que, as mais das vezes, se incumbem, eles próprios, de escrever nos cadernos de notas dos visitantes e observadores. Gente tranquila, calejada, de barba rala e dentes gastos, pernas e braços mordidos pelos insetos que adoram em profusão nas matas e córregos da fronteira. Gente que se explica, mais do que se queixa, a quem o trabalho recompensou em dinheiro unto; deslocam-se para conservar a vida e substrair-se ao assalto, contrariando na mudança de solo a natureza do

A terra tem uma dimensão maior e um sentido mais profundo que o alqueire a que aplica as energias de sua vocação; deslocando-se, ao impulso e pressão das circunstâncias, seguem tentando fixar-se na mesma terra, passando do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina ao Paraná e à fronteira argentina, nas margens da Carretera 101, através de muros feridos, o obstáculo da massagem picada, removendo com as ta intensas, molhando-se nos rios, em fugas e ornadas, tateando de noite ou marchando ao sol, a natureza em pouco se transforma ante os seus olhos atentos até o pouso provisório e resguardado.

COLONOS DO NORTE E DO SUL

No drama do sudoeste paranaense, tanto quanto podemos ver e ouvir, chocam-se duas civilizações brasileiras afastadas do litoral: os cablocoos do norte, fortes e bravos, batidos pelas secas, os "baianos", como são alcunhados na região, a quem a desgraça obriga a suções criminosas no sul, a comprimentos de matar, quando for preciso, a serviço das que os recebem e lhes matam a fome, — e os descendentes dos imigrantes, no sentimento dos quais os "paus de arara" são funcionários e capangas das companhias, empreitadas para vencer pelo terror a resistência dos posseiros ao pagamento das terras devolutas de que, por vias políticas, as empresas territoriais se dizem donas.

SANTINO E SUA MORADA

O instinto da revanche e do homicídio não distingue, entre tanto, raças ou regiões. E os piores criminosos, quase sempre, não são os executores dos atentados. Estes, nos conflitos derivados da estrutura agrária do país, defendendo a posse das terras tratadas e cultivadas por eles

próprios e seus companheiros, chegam à situação de líderes e chefes, criéis, talvez, inevitavelmente primários, porém infatigáveis e destemidos.

Foi o que me pareceu ser Pedro Santino, que publicamos ontem com o nome de Pedro Salino, que pelas suas origens deve ter sido Pietro Santini e que é conhecido em Tatetino, na fronteira argentina, como Pedro Capelletti. Tem vinte e nove anos, nasceu em Guaporé, no Rio Grande do Sul, incendiou um escritório da companhia colonizadora Apucarana, em Lageado Grande, dizem que foi o comandante do massacre no quilômetro 17, no dia 14 de setembro, na estrada que vai de Capanema a Santo Antônio.

Saliu de Tatetino para Capanema, atravessando a mata de noite. Tem atravessado a fronteira muitas vezes.

Na sala da sua tapera argentina mandou bordar num lenço, exposto na parede, em letras róseas e amarelas, este conceito: "Na vida as horas mais felizes que sinto passar só quando em minha morada possa estar". O pano branco, quase debruçado sobre o fogão, está mudando de cor, ao contato da fumaça e das cinzas que vêm de baixo do espeto onde faz charrqueada dos animais de caça.

E' aparentemente manso e discreto, sob os olhos nervosos e perscrutadores, esse camponês saudosos do Paraná e receoso da Justiça, a quem o deputado Mário Gomes, vice-líder da maioria da Câmara Federal, acusou em entrevista de ser um bandido foragido e elemento perigoso, que ludiu a boa-fé dos colonos, vendendo-lhes terras que não lhe pertenciam.

Que fez Pedro Santino do dinheiro das terras? Positivamente não o levou consigo. Bandido ele pode ser, mas de um tipo diferente dos corretores de imóveis do sudoeste do Paraná, onde tudo sucede não porque os colonos vendem as terras mas porque querem obrigá-los a comprar os alqueires que cultivam a preço de sangue, mutilações e desonra.

CALÇAR NO 30

Em Porto Iguaçu, na Argentina, outro colono, espreitando os nossos entendimentos com o motorista do "jeep" que nos levava à fronteira de Santo Antônio, aproximou-se, íntimo e loquaz: — Fazem muito bem de ir para ver a coisa de perto. Olhe, seu moço, aquilo é pior que o escândalo, pior que o comunismo...

— Aquilo o quê?

— Aquilo que as companhias estão fazendo com os colonos. Na colônia do quilômetro 35, da estrada de Santo Antônio a Capanema, o pessoal da CITLA atacou as famílias dos posseiros, castrou o homem e abusou da mulher diante do marido. O homem conseguiu chegar até Santo Antônio, mas morreu lá. Os outros fugiram para Três Hermanas, aqui na Argentina.

E quase sempre impossível, (e nisto tem razão o chefe de Polícia do Paraná) obter dos colonos que identifiquem as vítimas dessas atrocidades. Ora é um Alfredo, ora um Henrique, um sujeito magro, ou um sujeito velho, que mora entre os quilôme-

tros tais, perto do compadre fulano, que está foragido.

O colono de Porto Iguaçu, que entrou na conversa, chama-se Miguel Boursut, veio de Joinville, em Santa Catarina, e se instalou na Foz de Iguaçu em 1941. É uma espécie de colono anti-íbo, pois tanto pode ser encontrado em Capanema cultivando a terra, como no leme de um canoa a motor (navegando nas águas do rio que dá nome ao município).

Estava em Porto Iguaçu para abastecer de gasolina o barco pois a "nafta" é mais barata na Argentina.

Repetiu a frase:

— Pior que o escândalo. Os "jagunços" fazem o serviço calçando o 30 no peito da vítima. De 30 para cima... acrescentou, referindo-se ao calibre dos revólveres. Não pode, não! Os colonos chegaram antes das companhias, no tempo do Estado. Abriam picadas, fizeram estradas, dobraram o mato bravo. A CITLA quer tomar conta do que foi feito pelos colonos. Os posseiros estão dispostos a pagar pelas terras mas tudo medido, tudo legal pelo Estado, e não por conta da CITLA, a quem não reconhecemos como dona dos alqueires. De uns quatro dias para cá, os colonos estão, de novo, abrindo picadas, de mochila nas costas, mas não para fundar colônias, estão fugindo dos capangas da CITLA.

Miguel Boursut nos sugeriu fazer a viagem pelo rio, deu-nos as direções onde poderíamos encontrar os seus amigos e falar-lhes em nome dele e, finalmente, se propôs a acompanhar-nos pessoalmente; de balde, éramos seis no "jeep" e não sobrava lugar para Boursut.

ZACARIA DE DEJEADO

Era um homem gordo, de gordura séria e bonacheirona no rosto liso; parecia dono de armazem, de mangas pacatamente arregaçadas a acolher as pessoas com movimentos lentos. Chamava-se Aristolo Zacaria, argentino, morador em Dejeado, à beira da Carretera 101, num cenário verde e cantante, esparmatizado e bucólico, um pouco de pálio de fazenda, um pouco de bagaceira, sem bagagem. Sua mulher parece sua filha; ele teve acanhamento de desfazer a nossa suposição. Foi a própria moça quem explicou:

— Minha, no, Yo soy la señora. Aristolo Zacaria vive o drama dos colonos brasileiros escapados para a fronteira argentina. Num barracão atrás da sua casa, apresentou-nos aos irmãos Bernard e Benjamin Jahn.

— Eles têm mais de cem mil cruzeiros. Deixaram tudo no Brasil. São de Pinhalzinho, no quilômetro 24. Vieram para a Argentina para não comprar as terras que a CITLA queria que eles pagassem. Sofreram muita perseguição e não têm notícias da família, que não puderam trazer com eles. Aqui em Dejeado já acolhi até um inspetor de Polícia, Henrique Stübel, de Mundo Novo, a 6 quilômetros de Pinhalzinho. Ele me contou que não aguentava mais a luta entre colonos e companhias, pois vivia ameaçado pelos dois.

Rebiamos com Zacarias a cope da hospitalidade no terraço rústico de sua casa, quando aponteou na estrada.

— Ali vêm mais dois, a cavalo.

Gesticulou Zacaria, gesticulamos todos nós, aos cavaleiros recan-

dos da proximidade de desconhecidos. Tratando a medo, vieram desconhecidos.

— Eu me chamo José Ferreira da Luz, de Capanema.

— E eu Alcides Aires dos Santos, da Pianchita, junto a Santo Antônio.

— E, sim senhor, não compramos as terras, não, oito alqueires. No dia 23 de março, quando saímos, já tinha começado o barulho. Estamos nos dando bem em Dejeado, aqui nas terras deste senhor gordo.

O CAMINHO DO MATO

Otto Ardler estava em Tatetino, caçando com o filho de Pedro Santana, Milton, na tarde de domingo. Saiu de Capanema, atravessou a mata, de noite, e alcançou o território argentino, há duas semanas.

— Não sei se estou caçando bicho ou jagundo. É quase certo, um dia destes, topa com gente da CITLA aqui dentro do mato. Uns dizem que eles estão escondidos com medo; para mim, estão de tocaia. Dá no mesmo, a minha espingarda é boa.

Nilton Santino, como já adiantou outro confrade, é ótimo caçador. Fala pouco, mas é desembaraçado nos seus onze anos, mais do que um menino que leva vida de cidade e frequente escola.

— Papai está em casa com o seu 38, mamãe e o resto da família, menos meu irmão mais velho, que ficou no Brasil.

Na frente da criança, Otto Ardler contou:

— Pedro Santino fez o que fez, porque viu os agunços usarem da mulher de um colono na frente do marido amarrado a um tronco de árvore. Depois de se servirem da mulher quebraram o rosto do homem a pau. Santino, mais tarde, pegou o jagungo, que deu o serviço, falando que tinha visto aquilo a mando do Dr. Paulo e de Gaspar, donos da Apucarana.

Em Lajeado Grande, quando passei por lá, a última vez, havia mais de cem casas sem moradores.

TRÊS HERMANAS E UMA FAMÍLIA EM PANICO

Três Hermanas, que se chama Três Marias, abriga oito famílias de colonos brasileiros, escapados da fronteira nas últimas semanas. Uma destas, a de Alfredo Arnt, gaúcho de Três Passos, vive em pânico e revolta. Arnt saiu de Capanema no dia 7 de agosto; depois de ter sido brutalizado pelos empregados da CITLA, declarou, ao se interpor entre o "jagungo" e uma de suas filhas, Neida, de 13 anos.

— Eram dois jagungos, Arlindo e Machado. Saíram do mato de revólver em punho, às seis horas da tarde, agarraram a menina e depois avançaram para mim. Estão aqui na cabeça, as marcas das coronhas que me deram.

A fraulein, ruborizada, ouvia o relato de cabeça baixa, tal como aparece na fotografia. Sua outra irmã, mais velha e a mais bem vestida do grupo, funcionou como organizadora do retrato da família, para a máquina do nosso fotógrafo Milton dos Santos. Distribuiu a mãe, o pai e os irmãos em forma, com um sentido germânico de comando, antes de colocar-se ela própria no conjunto diante da câmara.

Um enxame de mosquitos barulhudos gravitava faminto na pele dos visitantes, sobressaltados, para não perder tempo e variar a dieta costumeira do sangue dos Arnt, bom sangue alemão naquele descampado.

E, assim, do outro lado da fronteira, colhemos este último quadro humano do que os argentinos chamam a revolução agrária brasileira. Deixemos que, para os nossos vizinhos, os acontecimentos sejam apresentados sob esse critério sociológico, que é grave, pungente, e oferece dimensão histórica. O aspecto político, de política mesquinha, cômica e desalmada, a política do aproveitamento do mando para raleio do Estado, numa ação entre amigos, é caso de chamada à responsabilidade, pelos que a tiraram na autoridade de que se encontram investidos. Há o dever oficial de apurar responsabilidades, verificando em todos os seus aspectos humanos e políticos a verdade de uma situação que ultrapassou fronteiras e de que o registro jornalístico não atenua as consequências, nem pode, isoladamente, preparar soluções para o futuro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor Presidente, Srs. Senadores, não era minha intenção ocupar a tribuna do Senado; Vejo-me no entanto, forçado a falar, em vista da carta que o Sr. Ministro Fernando de Alencar dirigiu ao Correio da Manhã, e que hoje veio à publicidade.

Nessa carta, o ex-Presidente do INIC, defende-se de acusações que aquele grande vespertino carrega. Não é meu intuito entrar, por hora, no mérito do caso; entretanto S. Ex.^a o Sr. Ministro Fernando de Alencar assim termina:

Tão pouco é verdade que tenha deixado de enviar ao Senado as informações que me foram solicitadas. Respondi ao pedido de informações do senador Mem de Sá fornecendo-lhe cópia dos documentos que sua excelência depois de um entendimento pessoal comigo, considerou indispensável à elucidação desejada.

Esse tópico reclama retificação de minha parte. Está havendo confusão ou equívoco, ou ainda por terceira e última hipótese, engulo administrativo no Ministério da Agricultura.

A verdade dos fatos é a seguinte: dirigi requerimento à Mesa, em que solicitava informações do INIC, no mês de maio deste ano, e a resposta só chegou ao Senado decorrido o prazo estipulado em lei, e de haver eu reclamado contra a não satisfação do meu desejo. Esse requerimento, referia-se à sindicância realizada no Rio de Janeiro, sobre o chamado caso do Serviço de Seleção de Imigrantes, em Roma.

Da leitura dos documentos enviados ao Senado depreendi que estava sendo ultimada uma sindicância no Escritório do Serviço de Seleção de Imigrantes. O Sr. Ministro Fernando de Alencar, no seu relatório, afirma ser decisiva essa sindicância para o esclarecimento do caso. Daí haver requerido, por intermédio do Ministro da Agricultura, fossem prestados ao Senado todos os esclarecimentos a esse respeito. Datado de 18 de junho, enviou-o o Senado em 24 do mesmo mês. Dias após, o Sr. Ministro Fernando de Alencar procurou-me para uma entrevista sobre o caso.

Acorri prazerosamente e ouvi de S. Ex.^a que seria extremamente difícil ao INIC satisfazer, dentro do prazo, a integralidade do meu pedido porque envolvia cópia de numerosos documentos, depoimentos, e outros dados sobre aquela sindicância. Como

fórmula para sair do impasse — pois não queria, de maneira alguma, citar dificuldades ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização — concordei com S. Ex.^a em que fosse enviado ao Senado apenas o relatório do digno Consultor Azeredo da Silveira, com as conclusões a que aquele representante do Itamarati havia chegado.

Dentro desse entendimento, o Senhor Ministro Fernando de Alencar deveria remeter o relatório, dentro do prazo prefixado, isto é, até 24 de julho; entretanto, em agosto nada havia ainda chegado ao Senado e então, os Senadores Gilberto Marinho e Daniel Krieger solicitaram da Mesa reiterasse o pedido de informações, o que foi feito pelo Ofício n.º 683, de 16 de agosto. Estamos hoje a 8 de outubro e ainda não chegaram as informações solicitadas.

O Sr. Gilmerito Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com imenso prazer.

O Sr. Gilberto Marinho — Como não poderia deixar de ser o que Vossa Excelência disse é rigorosamente certo quanto a prazos. Pensamos, até, o Senador Daniel Krieger e eu, em dirigir novo requerimento de informações; e só não o fizemos porque achamos mais conveniente reclamar o atendimento do que V. Ex.^a havia formulado com tanta propriedade e oportunidade.

O SR. MEM DE SÁ — Agradecido pelo apoio inestimável que V. Ex.^a me concede.

Sr. Presidente não chegaram nem as informações solicitadas na intimidade segundo os termos do requerimento que formulei em 18 de junho, nem a cópia do relatório do Consul Azeredo da Silveira, conforme concordado com o presidente do INIC. Sua Excelência, portanto, labora em equívoco a esse respeito, a não ser que o relatório ou as informações tenham sido remetidas pelo INIC ao Ministro da Agricultura, para que as enviasse ao Senado e, por uma dessas panes administrativas tão frequentes na máquina oficial brasileira ainda estejam esperando o curso normal.

Essa, Sr. Presidente, a declaração que desejava fazer retificando o tópico da carta do Ministro Fernando de Alencar. Aproveito para reclamar, mais uma vez, o cumprimento dos prazos, tão amiudada e reiteradamente descumpridos pelo Poder Executivo.

Cada vez mais aquele Poder desatende e desprestigia o Poder Legislativo não lhe dando satisfação a respeito, não apenas de um direito, mas do dever que têm todos os parlamentares de se informarem sobre a marcha dos negócios públicos para poderem com segurança e fidelidade, formular as críticas que esses serviços reclamam.

O Sr. Primo Beck — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com todo o prazer.

O Sr. Primo Beck — Não só é desatenção ao Poder Legislativo. O fato de não atender a um pedido de informações da ordem do formulado pelo nobre representante do Rio Grande do Sul, é um estímulo aos que estão na administração pública para se mancomunarem com atos lamentáveis como os praticados no escritório em Roma. Falo com conhecimento de causa porque funcionário em questão desde 1937 exerce as funções de Procurador Fiscal. De 1939 até essa data era Procurador do Estado do Rio Grande do Sul na Capital Federal. Ao chegar em Roma verifiquei uma série de irregularidades e, no legítimo desejo de transformar aquela Escritório de seleção de emigrantes apresentou um relatório. Em consequência desse seu ato, foi obrigado a demitir-se do cargo; portanto nobre Senador Mem de Sá, reitero minhas palavras:

é uma desconsideração para com o Poder Legislativo e um incentivo ao mau exemplo para o funcionalismo do País.

O SR. MEM DE SÁ — Muito agradeço ao aparte de V. Ex.^a

No momento, como declarei, não entro no mérito do problema. Aguardo as informações solicitadas, a cópia e o relatório do Consul Azeredo da Silveira para poder tecer considerações com absoluta segurança sobre a matéria.

O que faço, por enquanto, é protestar, para que o requerimento de informações do Senado seja atendido. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 12, de 1957, que oficializa as festas nacionais do trigo, institui prêmios, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sobre o Projeto e a emenda de Plenário (sob ns. 470 a 472 e 885 a 887, de 1957), das Comissões: de Constituição e Justiça; de Economia; e de Finanças.

2 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 1957, originário da Câmara dos Deputados, que aprova a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro, ao contrato, celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Arlindo Barro de Sá, para desempenhar as funções de professor de Sociologia Educacional, na Escola Normal Lourenço Filho, na cidade de Rio Branco — (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu parecer n.º 902, de 1957).

3 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 162, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a agir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 para a construção de uma refinaria de petróleo na cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, tendo Parecer favorável, sob n.º 890, de 1957, da Comissão de Finanças.

Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a Sessão às 16 horas e 25 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR DOMINGOS VELASCO. NA SESSÃO DE 7 DE OUTUBRO DE 1957. QUE SE RE-PUBLICA POR Haver Saído COM INCORREÇÕES.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

— Sr. Presidente, já desta tribuna, tenho por vezes sustentado que a política internacional deixou de ser assunto de interesse exclusivo de pequeno grupo de iniciados. Antigamente, pela incipiência de nossa economia, os reflexos da política internacional eram quase insensíveis às grandes camadas populares. Hoje, dado nosso desenvolvimento cultural, político e econômico, seus reflexos manifestam-se imediatamente sobre a economia do País e, conseqüentemente, faz com que o povo, as grandes camadas populares estejam atentas ao desenvolvimento da nossa política externa.

Em consequência do interesse popular pela política internacional, é que um número cada vez maior de Senadores e Deputados federais se mostra desejoso de conhecer o que se passa no Exterior, a fim de formar juízo pessoal a respeito dos problemas internacionais e, de certa forma, orientar-se na política que interessa ao nosso País.

Como Presidente do grupo brasileiro na União Interparlamentar, tenho fomentado essas viagens e acre-